

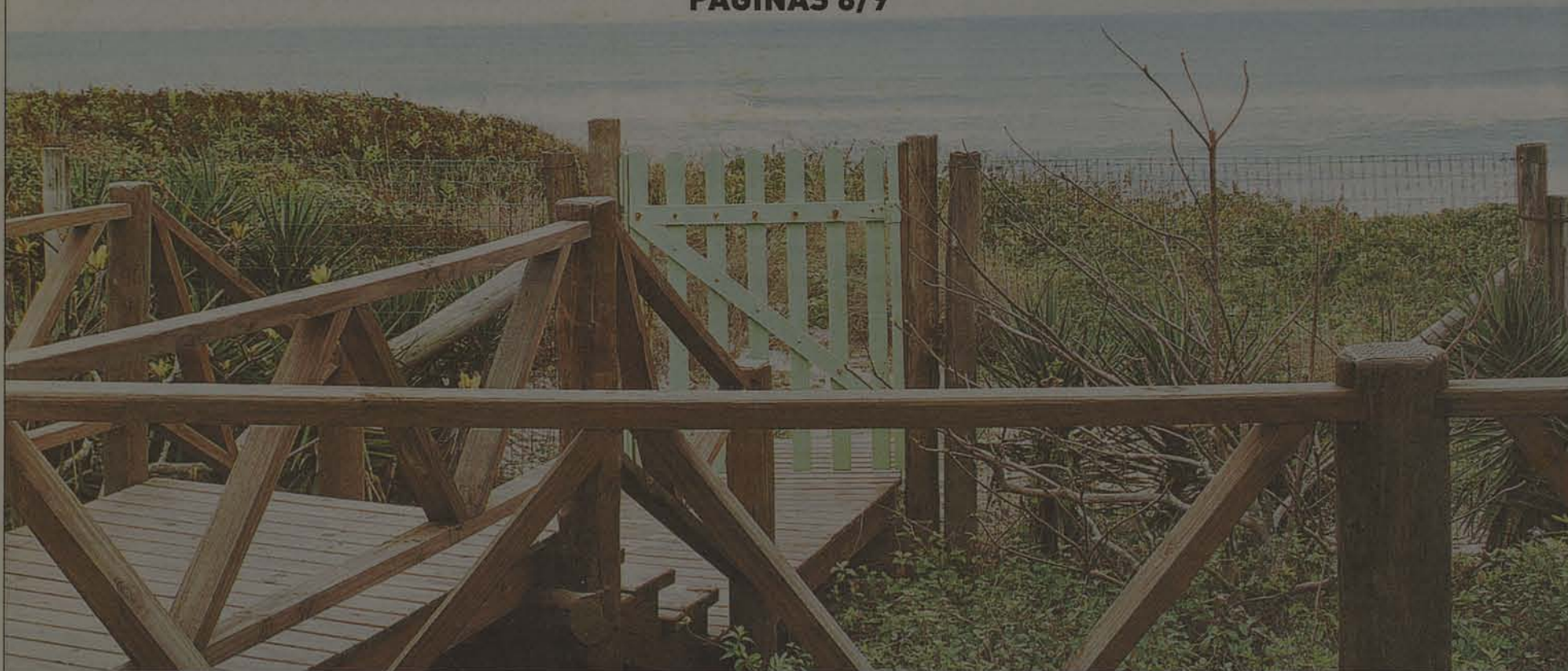
ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO DE 2011 - ANO XXX, NÚMERO 2

IRREGULAR

Órgãos municipais permitem construções em áreas protegidas por leis ambientais

PÁGINAS 8/9



ZERO ENTREVISTA

Fugindo da bola dividida

Técnico do Figueirense e ex-auxiliar de Dunga na seleção, Jorginho fala sobre sua carreira mas evita temas polêmicos

4/5

REPÚBLICA

Um personagem, muitas histórias

Pida, o dono do bar mais famoso nos arredores da UFSC, interfere nos rumos da política universitária há 30 anos

10

CONEXÕES

Distante da origem

Do estilo musical, passando pelo vestuário até o nazifacismo, movimento *skinhead* abriga hoje várias vertentes

15

Nossos repórteres nas ruas e um caminhão de histórias pra contar

Já foi o tempo em que as pessoas se informavam apenas pelos jornais impressos. Hoje, a dieta informativa do cidadão comum inclui uma enxurrada de notícias despejada pela televisão, rádio, revista, celular e internet, além de canais alternativos como as redes sociais. Daí que fazer jornal é um desafio maior ainda, pois o risco é sempre chegar depois dos outros meios. Se antes tínhamos que matar um leão por dia, agora cada jornalista precisa se desdobrar em muitos para dar conta do recado.

Neste ambiente de convergência de mídias, instantaneidade e grande oferta de informações, o jornal é o meio de comunicação que mais vem sofrendo para se ajustar a uma função nessa confusão. Imaginem então produzir um jornal mensal, um veículo que disputa a atenção com tantos concorrentes e que não pode se dar ao luxo de ser perecível! Uma resposta a este desafio é a busca da qualidade, o que significa oferecer um produto útil, atraente, bem

apurado e com conteúdos exclusivos. No *Zero*, também perseguimos isso, tentando dosar os ingredientes com equilíbrio. Cada edição é um capítulo à parte, com suas dificuldades, um ou outro lance de sorte, uma quantidade generosa de pequenos aprendizados cotidianos – e muita transpiração.

A equipe é grande: quase 30 estudantes desempenham diversas funções da pauta à distribuição do jornal. Este pequeno exército vai às ruas atrás de personagens, histórias e experiências que mereçam ser contadas, que possam sensibilizar os leitores, indigná-los ou surpreendê-los. Quando retornam com seus textos, os aspirantes a jornalistas se põem a editar o material, cortando aqui, esticando ali, compondo as páginas. Os professores responsáveis deixam claro que ninguém tem espaço garantido, e algumas reportagens são descartadas enquanto outras devolvidas para ajustes. Jornalismo é feito de escolhas, mesmo as mais difíceis. A melhor parte desses esforços fica impressa nas 16 páginas do jornal,

e a partir daí a sorte está lançada. Cabe ao leitor julgar.

Nesta edição de outubro, o jornal laboratório do curso de Jornalismo da UFSC serve um menu variado ao seu público. Temos denúncias sobre rachas no movimento estudantil e sobre o descaso das autoridades que deveriam fiscalizar o meio ambiente em Florianópolis. Revelamos um lado pouco conhecido de um personagem muito popular no meio universitário. Apontamos uma tendência no meio cultural e uma preocupação com a saúde de uma classe profissional. Retratamos o drama daqueles que lutam para se livrar da dependência química. Apresentamos caminhos profissionais para quem não quer depender apenas do diploma para sobreviver. Investigamos como vivem e como se organizam os *skinheads*. Entrevistamos um líder espiritual e um campeão mundial.

E de quebra, contamos um pouco do início da história do *Zero* na série de reportagens que se estende até setembro de 2012, quando o jornal completa 30 anos de circulação.

OMBUDSMAN

RICARDO BARRETO

Mais (e melhores) pautas

A primeira edição do ano editorial 30 apresentou suas mudanças iniciais. A diagramação progrediu, as fotos foram valorizadas (algumas óbvias e sem movimento), ilustrações foram apropriadas e na edição cometeu-se menos erros. O salto de qualidade, que amparou a edição, foi a entrevista exclusiva com o governador, fato inédito na trajetória do *Zero* – que até por isso, deveria ter sido mais evidenciada na edição de capa. Avanços salutares mas ainda tímidos, pois muitas fragilidades permanecem expostas.

O jornal se reorganizou com a criação de novas áreas temáticas mas apenas ensaiou os primeiros movimentos, pois houve desequilíbrio com a “editoria” República, que ganhou páginas em excesso e cometeu a omissão mais grave da edição. O material da página central, sobre a greve dos servidores da UFSC, por sua relevância e interesse de milhares de pessoas, deveria entregar muito mais ao leitor local. Como, tal reportagem não entrevista o reitor e o comando de greve dos servidores para responder uma pergunta diária na cabeça de todos: quando acaba? E se a busca era tratar das consequências da paralisação na vida da universidade, como não foram apurados outros prejuízos como calendários de cursos de graduação e pós afetados, ineficiência de laboratórios, qualidade de ensino comprometida?

Não se trata de caça às bruxas, movimentos grevistas são legítimos, imperativos em democracias. Mas nosso público-alvo, que não se restringe a estudantes, mas também inclui professores e servidores, quer ver e saber – o que se passa? E essa apuração o jornal não fez. Este mesmo jornal, que em momentos históricos anteriores, mais de uma vez, fez coberturas memoráveis de greves na universidade, críticas, rigorosas e atentas ao quadro nacional. Mesmo quando o próprio Curso de Jornalismo esteve paralisado. Matérias atemporais deveriam ter cedido seu espaço para esse aprofundamento na cobertura da greve – ou no registro do movimento anti-corrupção pelo país. Ou sobre a mais recente reportagem tendenciosa de *Veja*. Faltaram, no mínimo, 20 ou até 10 linhas respondendo a incômoda pergunta, no lugar daquele excesso de fotos que quase tomaram dois terços da central.

Outra correção de rumo que se impõe são os critérios quanto à seleção de pautas, que devem ter mais rigor e senso de oportunidade. Há pautas óbvias e redundantes, que pouco avançaram, como a das mães-estudantes (7), a dos atletas-estudantes (11) ou sobre currículos (12). O *Zero*, tematicamente, tem que sair da Ilha, voltar a ser cosmopolita e incluir material de abrangência estadual, nacional e até internacional. (Já cobrimos eleições estaduais, nacionais, em outros países, invasão do Iraque, fizemos crítica da mídia nos três níveis, entre outras). A edição passada foi exageradamente citadina com cinco de 16 páginas tratando de temáticas locais. E como fica o interesse dos leitores que estão em outras cidades e estados? Assim, urge diversificar o conteúdo, não apoiando toda edição apenas em reportagens. Sugere-se retomar entrevistas com jornalistas ou mesmo artistas reconhecidos, e estimular o exercício de crítica de artes. Mas também de crítica de mídia. É outra forma de possibilitar experiências da equipe também no âmbito do jornalismo opinativo.

Jornalista, professor, ex-diretor de redação e um dos criadores do *Zero*. Por 15 anos, Barreto comandou o jornal laboratório e, no ano 30 da publicação, assume como seu primeiro ombudsman. Próximo de completar três décadas, o *Zero* encara o desafio de iniciar uma relação mais aberta com seus leitores.

OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

Gostaria de parabenizar a equipe. Quanto à coluna do "Ombudsman", está cumprindo seu papel, porém não estamos acostumados a ver tais comentários na grande mídia, o que pode gerar a falsa ideia que a edição a que ele se refere estava totalmente ruim.

Soraya Pamplona, Florianópolis

Um sonbo: ser o [Luis Carlos] Prates do @zeroufsc

Fábio Bianchini - @Biancovic

Nostalgia com lembranças da época em que eu era repórter do @zeroufsc

Alessandro Bonassoli - @Alebonassoli

Estão baixando numa noite de sexta? Belo treinamento para futuros pescções. Boa sorte

Upiara Boschi - @upiara

Acabei de receber o @zeroufsc de setembro. Só dei uma olhada, mas já vi que está muito bom!

Klenize Favero - @klenize

A matéria do @zeroufsc [sobre caronas] está mais completa [que a veiculada pelo Jornal Nacional, da Rede Globo]

Mirna Tonus - @mtonus

Muito legal a participação do Barreto como ombudsman! A coluna está bem interessante

Amanda Miranda - @amanda_miranda

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Twitter - @zeroufsc

Cartas - Departamento de Jornalismo

Centro de Comunicação e Expressão

UFSC - Trindade, Florianópolis (SC)

CEP: 88040-900

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXX - Nº 2 - Outubro de 2011 REPORTAGEM Bianca Enomura, Camilla Garcia, Carolina Dantas, César Soto, Daniela Nakamura, Erich Casagrande, Gabrielle Estevans, Gian Kojlkovski, Ingrid Fagundes, Isadora Mafra, Jéssica Butzge, Joice Balboa, Luisa Pinheiro, Mariana Chiré, Mariana Della Justina, Marília Labes, Milena Lumini, Monique Nunes, Murilo Bomfim, Paulo Junior, Rafael Spricigo, Stephanie Pereira, Thayza Martins, Thiago Moreno, Tulio Kruse, Willian Reis EDIÇÃO Cláudia Xavier, Juliana Geller, Verônica Lemus, Vinicius Schmidt EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Giovanni Bello, Joice Balboa, Luisa Pinheiro, Patricia Pamplona FOTOGRAFIA Giovanni Bello, Milena Lumini, Rafael Spricigo, Stephanie Pereira INFOGRAFIA Joice Balboa APOIO Roseane Lima PROFESSORES-RESPONSÁVEIS Rogério Christofolletti MTb/SP 25041 e Samuel Lima MTb/SC 00383 MESTRANDA EM ESTÁGIO DOCÊNCIA Janara Nicoletti MONITORIA Giovanni Bello, Patricia Pamplona IMPRESSÃO Diário Catarinense TIRAGEM 5 mil exemplares DISTRIBUIÇÃO Nacional FECHAMENTO 4 de outubro

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

Um jornal também conta a própria história

Eduardo Meditsch e Cesar Valente lembram a criação do *Zero* depois de quase trinta anos



Criada em 1979, a faculdade de Jornalismo da UFSC precisava de um jornal-laboratório para atender a exigências do Ministério da Educação. Era a oportunidade de os alunos experimentarem e praticarem aquilo que se aprendia na

teoria. Foi com esse conceito, em um contexto de implantação do próprio curso, que nasceu o *Zero*.

Em setembro de 1982, o jornal começava a deixar de ser apenas um projeto. O nome foi inspirado em sua própria essência – a experimentação. O jornalista Cesar Valente, à época professor, atribuiu a si a autoria da ideia. “Sugeri o nome porque sempre que os jornalistas vão lançar um material, fazem alguns pilotos chamados de edição número zero. Como o jornal laboratório é experimental, cada edição será sempre um número zero”, explica ele.

A primeira turma de alunos se formaria no final daquele ano sem ter inaugurado o jornal. Coube ao segundo grupo, que entrou na UFSC em 1980, a tarefa de lançar as primeiras edições. Nesse período, havia turmas únicas, formadas por 40 alunos, que entravam para o curso em março, diferente do que ocorre atualmente, quando são oferecidas 60 vagas divididas em dois semestres. A elaboração do *Zero* estava reservada à sexta fase, durante a disciplina Técnica de Jornal e Periódico. Em sala, três professores para 12 horas de aulas, que se dividiam em três encontros semanais.

Presente nos primeiros momentos do jornal, o professor Eduardo Meditsch lembra que os recursos para a impressão vinham do orçamento da universidade, que garantia uma tiragem de mil exemplares. A edição número um do *Zero* foi reproduzida em Brusque, na gráfica do município, por meio de uma técnica que começava a se extinguir – o linotipo. “Achávamos que os alunos deveriam conhecer aquela forma de imprimir”. A iniciativa rendeu a visita dos alunos ao jornal para acompanhar o trabalho passo a passo.

Se no início dos anos 1980 o curso ainda não dispunha de condições adequadas ao ensino, no *Zero* a situação não era muito diferente. “O começo foi muito precário”, resume Meditsch. E por precário, entende-se que, para a redação dos textos, as máquinas de escrever que havia eram todas velhas, ainda que em número suficiente para a quantidade de alunos. As câmeras fotográficas eram analógicas e existiam apenas três. Era uma época em que ainda se falava em laudas – uma folha de papel com as medidas gráficas onde a reportagem era escrita.

Depois da primeira edição feita por linotipia, o *Zero* começou a ser impresso no sistema off-set, em uso até hoje. Para o trabalho, escolheu-se a gráfica do extinto jornal O Estado, de Florianópolis, principal diário de Santa Catarina na época. Era um momento importante para a história do país, em que a ditadura militar, vigorando desde 1964, dava seus últimos suspiros. Apesar disso, o perigo ainda estava por perto. Meditsch lembra que, em sala de aula, havia policiais a serviço do regime disfarçados de alunos. Eles eram empregados como assessores de deputados estaduais para, desse modo, poder receber os vencimentos.

“Às vezes o marxista mais exaltado era, na verdade, da Polícia. Era uma tática para insuflar os colegas e assim saber quem era da esquerda”, explica o professor. Ele conta que houve um momento em que se tentou descobrir quem ali eram os policiais disfarçados. “Estávamos no Básico tomando café quando um homem que eu não conhecia se aproximou de mim e disse: ‘tu para com essa palhaçada, senão vai se dar mal’”, recorda. As ameaças preocupavam, mas não chegaram a provocar qualquer forma de autocensura na redação do *Zero*. A experiência dos professores ajudava a lidar com essa situação.



Eduardo Meditsch era responsável pela edição dos textos

Paulo Junior
paulovitorio_junior@hotmail.com
Willian Reis
wreis_jg@hotmail.com

A estreia feita no chumbo



Resultado de eleição estadual estava na capa



Repórteres escreviam em máquinas precárias



Alunos acompanharam impressão no linotipo

Coberturas marcantes



Valente batizou o jornal

Ao rever a trajetória do jornal, Meditsch destaca pelo menos duas reportagens que considera marcantes. Uma que inclusive foi capa e tratava das eleições de 1982 ao governo do Estado. Com a manchete “RU elege Jaison”, a matéria era o resultado de uma pesquisa de intenção de voto realizada pelo próprio *Zero* no Restaurante Universitário. Outra de 1988, sobre um clube de policiais do Esquadrão da Morte, no bairro Estreito, em Florianópolis. Quando a edição ganhou as ruas, algumas vezes carros desse mesmo esquadrão fizeram rondas próximas à casa do professor.



“Não tenho o que falar e nem o que reclamar da gestão do Ricardo Teixeira dentro da CBF”

Jorginho, técnico do Figueirense, se esquivou de assuntos polêmicos em bate-papo atropelado

Foi na beira do gramado do estádio Orlando Scarpelli, com todos os jogadores já em campo esperando pelo início do treinamento, que o *Zero* entrevistou Jorge de Amorim Campos, o Jorginho. O campeão mundial de futebol pela seleção brasileira (EUA, 1994) e ex-auxiliar de Dunga no mundial da África do Sul (2010), é o técnico do Figueirense desde 1º de março deste ano. Aos 47 anos, veio desacreditado depois de uma curta passagem pelo Goiás no ano passado. Após um início de trabalho inconstante, Jorginho conquistou a confiança da torcida e da diretoria. Com sua ajuda, o clube ocupa hoje uma posição tranquila na tabela, longe da zona de rebaixamento e sonhando com uma vaga na Libertadores.

Com apito na mão e já com o uniforme da comissão técnica do Figueirense, ele respondeu diretamente e de forma tranquila a perguntas sobre sua carreira e seus planos para o alvinegro. Porém, quando confrontado sobre a relação com a cúpula da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), durante seu período na comissão técnica, deu o primeiro sinal de desconforto, trocando olhares com seu assessor. O fim precoce da entrevista foi decretado quando os repórteres do *Zero* tocaram em outro assunto delicado: liberdades e privilégios da Rede Globo na cobertura da seleção, na era Dunga.

Leia os principais trechos da entrevista:

“Pela estrutura do time, acho muito pouco provável a queda para a segunda divisão”

Queremos começar falando um pouco da sua carreira. Começando como jogador que foi pra seleção, jogou na Alemanha e Japão, e chegando a atual profissão de treinador.

Comecei com 13 anos de idade no América do Rio de Janeiro, fiz um teste e passei. Fiquei dois anos apenas treinando, porque o América não disputava a sub-15. Comecei a disputar o Campeonato Infantil em 1980 e fiquei durante seis anos no América, de 1978 até 1984. Fui vendido pro Flamengo, onde fiquei de 1984 até 1989, quase seis anos, e foi um período

muito legal também. Ainda na época do América eu tinha sido convocado pra seleção sub-20, e a gente foi campeão Sulamericano e Mundial com o Brasil, na Argentina e no México. Depois

fui pro Flamengo, sendo campeão carioca e brasileiro também. Quer dizer, agora que não é mais, depois voltou e disse que era de novo. Então, na Copa União, em 1987, foi um período muito legal que o Flamengo me levou pra seleção principal.

Em 1989 eu saí, fui jogar no Bayer Leverkusen, onde fui o primeiro capitão estrangeiro na Alemanha, isso foi muito legal. Também no Bayer Leverkusen consegui um prêmio que, pelo o que sei, não existe nenhum brasileiro que tenha ganhado, de jogador mais leal do mundo de 1991. Depois, em 1992, fui pro Bayern de Munique, fiquei lá dois anos e meio e também me sagrei campeão alemão com o time.

No final de 1994, início de 1995, fui pro Kashima Antlers [time com mais conquistas do Campeonato Japonês], fiquei lá durante quatro anos. Tive condições ali de ser campeão duas vezes, também escolhido o melhor jogador da liga.

Aí voltei pro São Paulo, fiquei um ano, depois joguei dois anos no Vasco, e voltei a ser campeão



Além do Figueirense, já foi técnico do América do Rio e auxiliar de Dunga na copa de 2010

Ele acredita em uma gerência bem planejada, com pé no chão

brasileiro e da Mercosul. E eu terminei minha carreira no Fluminense, e os tricolores nem sabem que eu passei por lá porque foram só três meses.

E como foi essa transição para treinador? E como surgiu o convite para fazer da comissão técnica com o Dunga?

Bem, assim que eu parei de jogar eu não queria manter, digamos assim, o mesmo ritmo de vida, finais de semana concentrado e tal. Então, eu não queria ser treinador, mas chegou um momento em que eu vi que isso tem tudo a ver com a minha vida, que eu não estava tendo prazer com outras coisas, fiz um curso e foi aí que eu decidi. Foi legal que, nesse momento, em que eu estava bem disposto a ser treinador, veio o convite do América, do presidente, e então, comecei a trabalhar no América em outubro de 2005. Foi feito um trabalho muito legal. A gente não tinha

nada, não tinha uma estrutura boa. Mas conseguimos, dentro nos limites que a gente tinha, montar uma estrutura pro América.

Eu consegui junto com a prefeitura de Guapimirim, perto de Teresópolis, no Rio de Janeiro, transporte, campo de treinamento, lavagem de roupa e alimentação. Quer dizer, eu consegui tudo na prefeitura, e, com isso, trazia promoção para a cidade de lá. Foi muito legal. Com esse trabalho muito simples, bem humilde, a gente conseguiu chegar à final da Taça Guanabara e isso despontou naturalmente o meu trabalho. E, logo em seguida, eu fui pego de surpresa. Primeiro pelo Dunga ser escolhido como treinador da seleção, e, depois, por eu ter sido chamado. Porque a gente nunca foi muito amigo, íntimo. A gente era companheiro de seleção, e aí ele me convidou e fiquei muito feliz por isso e começamos a desenvolver esse trabalho. E trabalhamos durante quatro anos juntos. Infelizmente não conseguimos o maior objetivo, mas foi uma experiência maravilhosa, me fez crescer muito como profissional, como homem. Eu acho que eu aprendi muito durante esse tempo. Tenho certeza que para a minha carreira vai ser fundamental.

Depois da Copa do Mundo trabalhei pouco tempo aqui no Brasil. Aqui, se você perdeu três jogos consecutivos já é mandado embora. Isso aconteceu no Goiás, onde fiquei só 68 dias. Depois eu dei uma descansada e logo em seguida fui convidado, em março desse ano, aqui pro Figueirense, onde estou tendo um tempo maior para desenvolver o meu trabalho, que tem dado um bom resultado.

Você comentou que, no Brasil, o treinador perde três jogos e está fora. Como é tentar manter um time no campeonato com uma infraestrutura pequena?

A gente não tem uma infraestrutura das melhores, mas acho que, dentro dos nossos limites, a gente tem uma boa estrutura. É claro que a gente sabe que o nosso orçamento não é um orçamento como o do Corinthians, Cruzeiro ou Flamengo. Mas com trabalho em si, com a qualidade dos atletas, a gente está conseguindo superar todas essas limitações. E até mesmo conseguindo fazer um bom campeonato, pelo menos até agora, e espero, naturalmente, que vá continuar assim.

Eu acho que, a coisa mais importante, assim, bem definida, é você acreditar no trabalho, os jogadores acreditarem no potencial, você conseguir armar muito bem taticamente a equipe. Os jogadores comprarem a ideia do trabalho, acreditarem mesmo na comissão técnica, e a gente conseguir manter um ambiente de respeito, mas, ao

mesmo tempo, de uma competitividade muito grande entre eles. E é o que tem acontecido aqui. Mesmo o jogador que não está, de repente, nem no banco, ele acredita no trabalho, e isso é muito importante.

O Figueirense acabou de subir, está fazendo uma boa campanha, classificado por enquanto pra Sul-Americana, até com a possibilidade de conseguir chegar na Libertadores. O Avaí, principal rival, subiu, também fez uma boa campanha, e agora, duas temporadas depois, é um dos grandes concorrentes, a cair pra série B.

Você acha que há a possibilidade de acontecer isso com o Figueirense? E o que fazer pra isso não acontecer?

Bem, possibilidade sempre tem pra todas as equipes. Grandes equipes até, você vê o Atlético Mineiro lutando pra não descer, tudo pode acontecer. Mas eu creio que, pelo o que eu estou trabalhando aqui, conhecendo a gestão que está sendo desenvolvida, a seriedade com que eles estão encarando o desafio deste ano de permanência na primeira divisão, e o planejamento a longo prazo, com os pés no chão, bem humilde, entendendo a nossa situação financeira atual e aonde nós podemos chegar, eu acho que vai ser muito pouco provável que isso aconteça. Porque eles conseguiram desenvolver uma filosofia de trabalho muito séria. Por exemplo, assim que eu cheguei aqui, assumi o segundo turno, e não ganhei o segundo turno [do Campeonato Catarinense]. Eles poderiam ter trocado, o que normalmente acontece. E não trocaram, porque o planejamento deles era justamente um trabalho sério para a gente permanecer na primeira divisão. Então, demos continuidade ao trabalho, e a gente está colhendo os frutos agora, coisa que outras equipes estão tendo dificuldade, justamente porque houve uma série de trocas de treinadores. Claro que, às vezes, uma troca de treinador é importante, traz um ânimo novo, uma forma de trabalhar nova, mas se tiver muita troca, até o treinador conseguir conhecer esse grupo leva um tempo.

Então eu acho muito pouco provável que a queda pra segunda divisão aconteça, pela estrutura que está sendo montada, e até mesmo porque o grupo com certeza vai mudar no ano que vem, mas eu acho que não vai ser uma mudança radical. É importante você conseguir manter uma base.

Mudando um pouco de assunto, saindo um

pouco do Figueirense, indo para futebol nacional. Você esteve dentro da seleção, dos bastidores. Ultimamente, tem surgido várias denúncias contra a gestão do Ricardo Teixeira, principalmente depois do perfil feito pela revista Piauí. Ele faz alguma ingerência sobre os quesitos técnicos dentro de campo?

Como a CBF funciona por dentro?

De forma nenhuma acontece isso. Quer dizer, conhecendo a minha personalidade e a personalidade do Dunga, isso aí é impossível de acontecer. Qualquer treinador que deixar que isso aconteça não é treinador, ele é uma marionete. Isso não tem a menor possibili-

dade, e nunca partiu do presidente esse tipo de imposição. A CBF tem mais de mil funcionários, ali todo mundo recebe todos os seus direitos certinho. Eu saí da CBF com todos os meus direitos, sem precisar entrar na justiça. Eu não tenho o que falar e nem o que reclamar quanto a gestão do presidente Ricardo Teixeira.

Antes do Dunga assumir a seleção, a mídia, principalmente a TV Globo, tinha muita liberdade dentro da seleção, sempre fazendo entrevistas...

Quanto a isso a gente não... Não se fala sobre isso, amigão. Ainda mais pra vocês assim, eu acho que a gente, desenvolvendo um trabalho... Eu não vou ficar falando sobre uma questão polêmica.

Sobre a Copa no Brasil. A África do Sul foi um país que conseguiu se estruturar para receber a Copa, você acha que o Brasil vai ter tempo pra isso?

Eu acho que o tempo está curto, mas temos todas as condições, e nós sabemos que é uma grande oportunidade que nós temos para mudar a situação do Brasil, em termos de transporte, em termos de telecomunicações, hotelaria, tudo. Tudo pode ser mudado, e especificamente ali o Rio de Janeiro, por causa das Olimpíadas [de 2016 que será realizada na cidade]. Então, é uma oportunidade de ouro que nós temos e eu tenho certeza de que a gente vai aproveitar.



Jorginho também jogou no Japão e Alemanha

César Soto
cesarotos@gmail.com
Gian Kojikovski
gian.kojikovski@gmail.com
Mariana Della Justina
marianadellajustina@gmail.com
Vinicius Schmidt
vinisdt@gmail.com

Mercado de ações atrai cada vez mais os jovens

Apesar dos riscos, cresce o número de investidores

Quando comprou sua primeira ação na bolsa de valores, há nove anos, Flávio Bicca não imaginava que deixaria a engenharia civil para se dedicar integralmente aos investimentos. Já nos primeiros anos no mercado de trabalho, percebeu que tinha acumulado pouco patrimônio. Foi aí que, mesmo sem ter conhecimento específico na área, decidiu se arriscar no mercado de capitais.

Bicca é apenas um dos tantos jovens investidores que surgiram no país nos últimos anos. Segundo dados da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), o número de pessoas entre 16 e 25 anos que se tornaram acionistas cresceu 10,25% de fevereiro de 2009 até dezembro de 2010, totalizando 36.706 jovens.

Ao final de oito anos, trabalhando e investindo, Bicca percebeu que era mais compensador destinar seu tempo às ações do que continuar na engenharia. Hoje, admite colher bons frutos com a mudança. Apesar de não revelar o quanto ganhou, ele conta que o

retorno financeiro obtido através da compra de ações já alcançou 2128%. No mesmo período, o mercado chegou a 320% apenas, o que comprova a rentabilidade acima da média de Bicca.

O estudante de engenharia química da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Guilherme Vieira Barros, também lucrou investindo R\$ 10 mil em ações, poupança e fundos de investimento, em 2006. Após três anos, Barros já havia lucrado R\$ 7 mil. Com o valor, morou por um ano na Alemanha.

Apesar do avanço dos jovens investidores na bolsa, nem todos alcançam de imediato o status de Flávio Bicca. É o caso do aluno de economia na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) Rodrigo Brandão, que dos R\$ 5 mil investidos em 2007, perdeu R\$ 1,8 mil, três anos depois. Um prejuízo equivalente a 40% dos investimentos feitos na época. "Comecei muito novo, aos 15 anos, e sei que a perda foi por não pesquisar e não visualizar quais eram meus objetivos naquele investimento".

Aulas ajudam finanças pessoais

Na UFSC, universitários também têm a oportunidade de avaliar e melhorar a maneira como lidam com dinheiro. O consultor de Finanças Pessoais do Itaú e professor Jurandir Sell Macedo implantou na universidade a primeira disciplina de finanças pessoais para cursos de graduação do país. "Pessoas que buscam saber como melhor aplicar seu dinheiro conseguem viver de forma confortável e fazem com que o ganho volte a seu favor", explica o professor.

As aulas de finanças pessoais na UFSC são oferecidas a 160 alunos a cada semestre e, segundo o professor, cerca de 50% deles finalizam a disciplina com novos projetos de vida e investindo ou poupando seu dinheiro. Bianca Quissak, aluna de engenharia de produção e que também participa das aulas de finanças pessoais, diz que "o problema da maioria dos jovens está em não pensar como garantirão uma boa situação financeira daqui a 20 anos. Quando se dão conta já é tarde demais ou percebem que perderam muitas chances de ganhar dinheiro".

Jorge Barbato Neto, formado em economia pela UFSC, começou a investir em 2006, em busca de uma renda que proporcionasse tranquilidade financeira. Interessado pela área, Barbato fez alguns cursos antes de entrar no mercado. "Meu pai percebeu o interesse que eu tinha pelo assunto e me encarregou de planejar os investimentos familiares. A experiência foi bem sucedida e passei a assessorar amigos próximos. Foi assim que nasceu a JB3 Investimentos, em 2010".

Apesar da crescente participação no mercado, ainda não são os jovens que mais aplicam, se comparado a faixa etária de 26 a 35, com um total de 162.805 investidores - dados da BM&FBovespa. "Mesmo assim, o mercado aposta nesse grupo porque, seguramente, o universitário de hoje irá constituir a massa de investidores em um futuro próximo", explica Barbato.

Mesmo não declarando o lucro em cifras, Bicca não esconde a satisfação com o que faz: "Para Robert Kyosaki, autor de *Pai Rico Pai Pobre*, ser rico é chegar



Macedo ensina como planejar aplicações

ao ponto de não precisar trabalhar para pagar seus gastos. Então, posso me considerar rico, sem precisar definir um valor exato", desconversa, "e não tenho padrão; quer benefício maior que esse?".

Gabrielle Estevans
gabrielleestevans@hotmail.com
Mariana Chiré
chiremariana@gmail.com



Ideia de faculdade, Seventh quer lucrar R\$ 3 milhões em 2011

TCC pode ser bom negócio

O então estudante de ciências da computação Carlos Schwochow apresentou seu trabalho de conclusão de curso (TCC) em março de 2001, na UFSC, diante de 50 curiosos que viram pela primeira vez a possibilidade de transmitir imagens pela internet. Acompanhado de um colega com quem elaborou o projeto, Schwochow instalou um televisor que mostrava cenas da própria sala, enquanto os formandos controlavam as luzes do ambiente remotamente. "Logo percebemos que nosso produto tinha espaço no mercado", conta. Hoje, aos 33 anos, ele é sócio-fundador e diretor da *Seventh*, empresa de desenvolvimento de softwares para monitoramento de imagens com previsão de faturar R\$ 3 milhões em 2011.

Na avaliação de Pedro Antônio Melo, professor de empreendedorismo do curso de administração da UFSC, uma boa ideia é a base de qualquer negócio. "Uma padaria na esquina é apenas mais um padaria. Mas se tiver algum diferencial, será inovadora". Na disciplina, os alunos desenvolvem um plano de negócio que consiste na apresentação do produto, análise do mercado e objetivos a serem buscados. "O empreendedor tem que conhecer suas competências e principalmente a área em que pretende atuar. Neste ponto, o ambiente universitário pode colaborar muito."

"Como transformar uma ideia em produto de mercado" foi o tema do TCC apresentado por Norberto Dias na conclusão do curso de engenharia de produção da UFSC. O es-

tudo de caso do projeto foi ele mesmo. Dias, Ricardo Broering May e João Marcelo Correa fundaram, no quarto semestre, a Cianet. A empresa de comunicação de dados hoje é a 45ª pequena/média empresa que mais cresce no país, no ranking da revista *Exame*.

Apenas uma boa ideia não é suficiente para executar um plano de negócio, é preciso dinheiro. Contudo, para Melo este não é o maior dos problemas. "O capital inicial não é a causa da criação, ou não, de uma empresa. Sempre é possível recorrer a um sócio."

Schwochow iniciou a *Seventh* com R\$ 5 mil do irmão. "No início a gente não tinha salário, todo dinheiro faturado era reinvestido", conta. Dias teve outro tipo de apoio para erguer a Cianet. "Nós recebemos o investimento de um anjo que colocou 200 mil dólares no projeto". Dias também buscou apoio das incubadoras de empresas em seus primeiros anos. "Foram dois pilares fundamentais para nosso sucesso. O registro da patente junto à UFSC, e os nove anos em que amadurecemos na incubadora". Neste período, ele teve consultorias, espaço físico e se relacionou com outras empresas.

Melo crê que "as pessoas não devem se preocupar com o emprego tradicional. Esta forma, cedo ou tarde, está fadada a terminar". Ele vê futuro na área de consultoria e uma tendência: "É cada um ser empreendedor do seu próprio trabalho."

Erich Casagrande
erichbrasil@hotmail.it

Viajantes doam seu tempo por boas causas

Intercâmbio social leva engajados às pessoas e lugares que realmente necessitam de ajuda

São 11 horas da noite de um domingo e Robert DeKay participa do casamento de sua prima, em Portland, Estados Unidos. Nada incomum, se ele não estivesse assistindo a cerimônia através da internet em uma videoconferência. DeKay, 26 anos, está há um ano na Ucrânia trabalhando como professor de inglês da rede pública na região central do país. Ele faz parte do *Peace Corps*, organização criada em 1961 e mantida pelo governo estadunidense com o objetivo de proporcionar experiências de liderança a voluntários em 76 países diferentes, passando por África, América do Sul, Leste Europeu e Ásia. Os participantes vivem 27 meses no país de destino, trabalhando em uma das áreas que o programa abrange: educação, desenvolvimento da comunidade, saúde, negócios e tecnologia da comunicação, agricultura e meio-ambiente.

DeKay não sabia qual seria seu destino quando se candidatou à vaga. Quando descobriu que iria para a Ucrânia, o idioma se tornou uma das principais preocupações. "Nunca tinha me interessado em aprender ucraniano ou mesmo russo. No começo, a comunicação era difícil porque a família que me hospedou não falava nada de inglês". A situação mudou depois dos três primeiros meses, quando teve quatro horas de aulas diárias de russo.

Na Rússia, Lilian Monti, 21 anos, viveu uma experiência parecida no início deste ano. Ela atuou no *!Change Project*, projeto social em escolas públicas de São Petersburgo, trabalhando questões de xenofobia, sustentabilidade e diversidade cultural. Com ela estavam mais 20 intercambistas de diferentes países. A pluralidade cultural serviu de exemplo prático para as aulas. "Apesar de o processo de mudança ser longo, nossa presença foi impactante para começar a conscientização", reflete Monti.

A estudante está em Lima, no Peru, desde abril, trabalhando como gerente de responsabilidade social em uma empresa privada de alimentos. Desta vez, atua na sua área de graduação, Relações Públicas. A ação que desenvolve beneficiará mais de 800 crianças da região de Ayacucho, cidade com um dos maiores déficits nutricionais e escolares do país e que possui uma história política bastante conflituosa.

Com o objetivo de ajudar crianças carentes, Julia Nogara Marcon, 24 anos, iniciou o projeto 50 Sorrisos enquanto participava de um intercâmbio no Quênia durante os meses de julho e agosto deste ano. Sua atribuição inicial era dar aulas de matemática na



Julia Nogara Marcon fundou um projeto para ajudar crianças carentes durante intercâmbio no Quênia

escola primária Ngotas Upendo em Mathare, segunda maior favela de Nairóbi, capital do país, mas a situação precária do prédio e das crianças precisava de atenção imediata.

A estudante dedicou duas semanas para fazer o levantamento dos itens necessários e, com os valores em mãos, tentou o apoio de empresas locais, que não se interessaram em ajudar. Através da internet, Marcon mobilizou a AIESEC no Brasil, amigos e familiares, arrecadando mais de R\$ 4,5 mil para a aquisição de quadros negros, divisórias, tinta, livros, uniformes, sapatos e, principalmente, comida.

"Em Florianópolis, eu fazia trabalho voluntário na Casa Lar Emaús, um abrigo para meninos, mas nunca pensei que fosse presenciar tamanha pobreza e dificuldades. Muitas crianças

tinham tanta vontade de aprender que só iam brincar quando terminassem todos os exercícios corretamente e ficavam dias sem comer", conta Marcon.

Antes de voltar ao Brasil, as crianças e o professor da escola pediram que ela retornasse ao final do ano para morar definitivamente. Mesmo que o desejo não seja atendido, a ideia da estudante é manter o projeto funcionando. Na segunda etapa, o presidente da AIESEC no Quênia, Fiona Akumu, e uma representante da instituição ficarão responsáveis por receber as doações, entregar as compras na escola e visitar os alunos semanalmente. Através do site 50sorrisos.com é possível apadrinhar uma das 50 crianças enviando R\$ 20 por mês, o suficiente para garantir uma refeição diária na escola.

Experiência é valorizada pelo mercado

Julia Marcon e Lilian Monti fizeram seus intercâmbios através da AIESEC, reconhecida pela UNESCO como maior organização global totalmente gerida por universitários ou recém-formados. Fundada após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, a ONG tem objetivo de desenvolver lideranças e promover mudanças positivas na sociedade, contando com aproximadamente 60 mil membros e presente em 111 países e territórios.

A ONG oferece o programa Cidadão Global, para promover a responsabilidade social e o entendimento de outras culturas, com duração de seis a oito semanas e exigência somente de inglês em nível bom.

Neste ano já foram realizados 808 intercâmbios, um crescimento de 190% em relação a 2010. "O destino mais procurado ainda é o Leste Europeu, assim o intercambista pode viajar pela Europa no tempo que restar. Infelizmente, destinos como Índia e África têm menor procura", revela o vice-presidente de Intercâmbio Internacional, em Florianópolis, Matheus Sell Koerich.

A presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos em Santa Catarina (ABRH-SC), Luzia Fröhlich, destaca as habilidades valorizadas num profissional que passou por experiências como essas. "Primeiro, vem a questão do aprendizado de uma

nova língua, e depois a convivência multicultural, extremamente importante num país com tanta miscigenação como o Brasil". Para Fröhlich, vivências internacionais ajudam a desenvolver a maturidade e a demonstrar comprometimento, características que pesam na hora de assumir posições de liderança.

A experiência de Murilo Carani Coube em Brasov, Romênia, por exemplo, foi definitiva para sua contratação pela filial da Kraft Foods, em Zurique. "Para a equipe que me contratou, o intercâmbio mostrou que me adapto facilmente, e como o resultado do meu trabalho na Romênia foi muito positivo, a Kraft levou em conta esse sucesso em um ambiente de trabalho internacional", relata Coube.

Bianca Enomura
bianca.enomura@gmail.com
Isadora Mafra
mafra.isadora@gmail.com



Marcon quer manter o projeto mesmo à distância

Ação atenderá 800 crianças de cidade cujo déficit alimentar é dos maiores do país

Morro das Pedras foi privatizada e secretário diz: “Não vamos fazer nada”

Acesso da população local à praia e à restinga é restrito por construções, que pelo Código Florestal são irregulares. Entidades fiscalizadoras se desentendem sobre legislação e não têm ação efetiva

Barreiras na legislação e desentendimento entre os órgãos fiscalizadores facilitam o caminho para quem deseja construir em terrenos próximos ao mar, em encostas ou matas protegidas. A praia do Morro das Pedras, no sul de Florianópolis, é exemplo de crescimento urbano desordenado e com pouca fiscalização, resultando em condomínios que dificultam o acesso à faixa de areia e restringem a restinga com muros e cercas. A Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU) sabem do caso, mas não se entendem na hora de tomar alguma providência, mesmo com flagrante desrespeito às leis atuais.

Na praia do Morro das Pedras, o acesso dos moradores à orla é feito por um caminho estreito, de areia, em meio à mata fechada, muros e cercas de condomínios ou casas de luxo da região. A situação do acesso, de acordo com o Plano Diretor de Florianópolis, é irregular: elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), o Plano prevê a necessidade de uma área de livre acesso à praia a cada 125 metros, pelo menos. Entretanto, nessa região, há apenas uma entrada em um raio de 500 metros.

Silvano de Oliveira, presidente da Associação de Moradores das Areias (Amareias), conta que apesar da legislação, já faz no mínimo cinco anos que os moradores têm apenas uma única passagem. “Ela existe já faz uns vinte anos, mas as outras que

tinham foram fechadas. E nem eram entradas para a praia, eram só espaço para passagem”.

A área que permaneceu desocupada, e que hoje é usada pelos moradores, está tomada por vegetação, deixando apenas um caminho, rente a um dos muros, com aproximadamente um metro de largura para a circulação, “e à noite é muito complicado, tem uso de drogas e prostituição”, comenta Oliveira, sobre a falta de segurança e iluminação no local.

Enquanto o diretor de fiscalização ambiental da Floram, Bruno Palha, explica que “todos os caminhos que dão acesso à praia deveriam ter uma passarela modular ambiental, um caminho por si só fica sempre desnudo e com muita areia, pelo impacto na vegetação e uma passarela permite que ela se regenere”, o Secretário da SMDU, José Carlos Rauhen, explica que realizar melhorias pode não ser tão simples assim: “O que nós vamos fazer lá para ter melhores condições? Não vamos fazer nada. Por que não têm o que fazer. Se eu for fazer, o Ministério Público pode alegar que é crime ambiental”.

Para melhorar a área, a associação de moradores e um arquiteto e urbanista, também morador do bairro, estão elaborando um projeto de passarela e de área de lazer, que deverá ser apresentado à SMDU. “Não apenas uma área de entrada para a praia, mas um espaço em que a comunidade possa ler um livro, trazer as crianças para brincar”, explica o membro do Conselho Deliberativo da Amareias, Elenyr de Souza.



Quem vive na região encontra apenas uma entrada para a praia em um raio de 500 metros



Cerca invade área de restinga, definida como a faixa de 300 metros a partir de onde chega a maré

Denúncias convivem com a lentidão

Oliveira conta também que os moradores chegaram a fazer denúncias à Floram sobre a situação da comunidade e algumas construções supostamente irregulares. Ele afirma, contudo, que mesmo assim não houve retorno. Palha se defende: segundo ele, a fiscalização nas áreas de preservação permanente acontece por iniciativa própria diariamente, além de serem checadadas todas as reclamações recebidas através da ouvidoria, mas que apesar da entidade ter 40 fiscais, divididos em nove setores, uma denúncia pode demorar até 15 dias para ser verificada. “O problema é que não trabalhamos no tempo que eles querem. Sempre que atendemos uma denúncia, de imediato informamos o denunciante as providências que foram tomadas, inclusive

colocando à disposição os relatórios pós-fiscalização”.

Palha também alega que cerca de metade das denúncias recebidas não são procedentes, o que atrasa o trabalho da fiscalização. O relatório semestral, divulgado pela Floram em seu site, mostra que de janeiro a junho de 2011, das 305 denúncias recebidas, 153 não tinham fundamento. “E muitas vezes o denunciante faz a denúncia não por estar preocupado com o meio ambiente, mas porque vai perder a vista da paisagem, porque o outro está construindo. Mas quando vamos verificar a situação, ele também está irregular”.

A distância entre os acessos à orla não é um problema exclusivo do Morro das Pedras. “Florianópolis tem vários absurdos. Eu nem diria o Campeche, ele está menos mal que os Ingleses, por exemplo”, ressalta Palha, explicando que há uma problema antigo de urbanização desordenada que prejudicou aos poucos o acesso da população ao mar, sem que a comunidade reclamasse. “Tem um processo histórico de ocupação, não podemos chegar demolindo com gente dentro, não é assim, ou a própria sociedade pode se revoltar contra o poder público”.

Rauhen também explica que nada pode ser feito sobre a ocupação destas áreas, que antes eram acessos, devido ao fato de já terem construções estabelecidas: “As pessoas vão ter que se adaptar. Não é omissão do poder público, aquilo ocorreu ao longo do tempo, era para ter reclamado 20 anos atrás, não agora”.



A passarela construída por moradores do condomínio Albatroz dá acesso privativo à orla

Síndico usa alvará de 1983 para defender a posse

Os moradores da região afirmam que o diálogo com os condôminos é difícil. Entre os impasses que enfrentam estão a discussão da ampliação dos espaços de acesso à orla e a construção de propriedades e muros na restinga, definida pelo Código Florestal (Lei 4.771/65) como uma área de preservação permanente e não edificável.

A maioria dos condomínios e casas de luxo, entretanto, foram construídas de tal maneira que entram em conflito com a legislação. Muros e cercas ultrapassam a área de restinga, delimitada na Resolução 303/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) como uma faixa mínima de 300 metros, medidos a partir da linha preamar máxima, ou seja, até onde chega a maré cheia.

De acordo com os moradores, o processo de apropriação de território é sempre lento: “Primeiro eles fazem uma cerca, depois uma cinta de cimento e vão fechando. A prefeitura não consegue fazer uma fiscalização boa na hora que estão construindo e eles fecham. Depois fica difícil”, explica Souza.

Estas posses, hoje consideradas ilegais, podem ser resultado da ambiguidade do Código Florestal, reformulado em 1989. O Doutor em Direito Ambiental e coordenador do Grupo de Pesquisa Direito Ambiental na Sociedade de Risco (GPDA) da UFSC, José Rubens Morato Leite, explica que, até então, o Código não era específico quanto à sua validade em áreas urbanas: “Existia



Palha analisa foto aérea de 1994 da região atual do condomínio

uma discussão, ainda não tinha uma clareza na lei”.

Leite alerta que a legislação atual é mais clara e, caso alguma construção em área de restinga comece a ser feita, algumas providências podem ser tomadas. “Poderia ser feita pelos moradores uma representação ao Ministério Público, dizendo que acham que está irregular e que estão construindo em uma área que é chamada ‘bem de uso comum do povo’ e o Ministério teria que fazer algo”.

Síndico do Condomínio Albatroz, um dos acusados de ter cercado a restinga com muros e grades, Nicolau Constantino ressalta o fato de ser propriedade privada: “Cada terreno tem 450 m², mas pagamos por 1.007 m² por causa dessa área verde. Ela é nossa”. Ele se defende, explicando que o condomínio tem um alvará, datado de 1983, que autoriza as modificações feitas: “Temos alvará para

um campo de futebol, quadra de tênis, playground e uma piscina”, mas que nenhuma destas estruturas foi construída, por um acordo entre os moradores: “Não fizemos porque optamos pela área verde e pela restinga”.

Constantino defende que o condomínio está em seu direito ao construir deques de madeiras e cercá-los com muros e portões e afirma que não vão deixar os moradores do bairro terem acesso à área verde: “não podemos deixar esse portão aberto, porque vai ficar uma área para as pessoas se drogarem. Infelizmente, é isso que aconteceu”.

Palha afirma que construções como estas não deveriam ser autorizadas: “É uma situação irregular, quem aprovou este projeto não fez a observação à lei como devia fazer. A lei é de 1965, não tinham prerrogativa de aprovar nada. Se está nos 300 metros da faixa de restinga, é área para preservação, não pode

virar uma AVL, que é uma Área Verde de Lazer, e colocar estas estruturas”.

Rauhen assegura que estruturas como piscina e quadras poliesportivas não são consideradas edificações: “São equipamentos de lazer e provisórios. Uma piscina você pode tirar a qualquer instante. O que você não pode fazer é tirar uma casa. Grama pode, piscina pode e quiosque pode, desde que não sejam construções físicas de concreto”.

Responsáveis pela fiscalização e aplicação das leis em áreas de preservação, Palha e Rauhen têm pontos de vista divergentes em relação a construções em locais que atualmente, de acordo com a legislação, são considerados áreas de preservação permanente. Rauhen adverte que, apesar da legislação vigente delimitar a área de restinga como sendo 300 metros da preamar máxima, a determinação não é simples e inclui outros fatores: “Para ter a afirmação é preciso uma série de testes, como forma da areia, forma da duna, distância para o mar, coletar materiais, levar para o laboratório e pesquisas fotográficas aéreas antigas, desde 1940”.

Rauhen avalia que “aquelas construções foram aprovadas legalmente e foi desse jeito, não tenho mais como inventar outras modificações”. Enquanto Palha frisa que “restinga não tem conversa. Quem autorizou algo dessa natureza devia ser responsabilizado e questionado: ‘Por quê? O que você levou?’. É por isso que a cidade está uma avacalhão”.

Órgãos responsáveis pela fiscalização discordam sobre o que é permitido

Os órgãos oficiais responsáveis pela fiscalização do meio ambiente divergem também em relação à construção de muros e cercas com bases de concreto - comuns em condomínios construídos em frente à orla de Florianópolis. Rauhen afirma que esta é uma questão de segurança: “Por que fariam um condomínio fechado se não tem muro?”.

No entanto, Palha aponta que a proteção e o uso de cercas em condomínios devem seguir certas especificações: “Não era pra ter muro. Poderiam instalar cercas de baixo impacto, com eucalipto autoclavado e telas de arame liso. Nada com concreto. Nada”.

O Procurador do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Rui Arno Richter, que atua na área de defesa do meio ambiente, explica que há o direito adquirido nas construções feitas antes das mudanças na legislação, mas afir-



Rauhen: É tarde para reclamar

ma também que “uma ocupação anterior não gera o direito a fazer novas construções que a legislação de hoje não permita. Se hoje a lei diz que são apenas cercas de baixo impacto, só se pode fazer aquilo que é permitido”.

Apesar da determinação do Ministério Público, Rauhen argumenta que não

há problema nenhum em fazer a base de concreto. “Como vai fazer um muro sem ter uma base sólida? O trecho que ele ocupa é tão pequeno, de 20 centímetros, que não vai interferir na área ambiental. Tem que ser muito xiita para não aprovar. Tem que ser mercenário do meio ambiente”.

Constantino frisa que os muros foram construídos não apenas para segurança, mas também para evitar o trânsito de pessoas na área de restinga, possibilitando que a vegetação no local voltasse a crescer, em um espaço onde, antes da construção do condomínio, havia apenas areia.

O Doutor em Ecologia de Ecosystemas e coordenador do Núcleo de Estudos do Mar (Nemar) da UFSC, Eduardo Seriano Sierra, concorda que o argumento apresentado é coerente: “É um sistema muito frágil, com areias, então

qualquer tipo de intervenção, como passar a pé mesmo, já é suficiente para causar estragos às plantas”.

Sierra lembra que a restinga é o habitat natural de diversas espécies que só vivem nesse ambiente, como a coruja buraqueira e o quero-quero, e explica que são poucas as plantas que conseguem se adaptar e precisam de modificações fisiológicas e de formato, mas que ainda assim são muito frágeis: “A vida na restinga é muito difícil. A areia é móvel, muito porosa, então não retém a água da chuva, tem poucos nutrientes e o vento traz sal do mar” e salienta “qualquer ação de isolamento em uma área de recuperação é interessante”.

Camila Garcia
camila.garcia23@gmail.com
Monique Nunes
moniquepaloma@gmail.com

Pida influencia política da UFSC desde 1980

Dono de bar articula votos nas eleições para reitor com ajuda de amigos e trocas de favores

N uma manhã em setembro de 2008, uma reunião entre representantes de centros acadêmicos de engenharia do Centro Tecnológico (CTC) recebeu dois protagonistas da política na Universidade Federal de Santa Catarina. Um deles era Ariovaldo Bolzan, já conhecido no cenário de decisões da universidade por ser ex-diretor do CTC e recém-saído do cargo de vice-reitor. Acompanhando o professor em seu carro estava um articulador desconhecido da maior parte da comunidade acadêmica, dono de um bar na praça Santos Dumont, em frente à entrada da universidade. Elpídio Manoel Correa, o Pida, participava daquela reunião com alunos em uma república chamada TNT para discutir o apoio dos centros acadêmicos ao diretor do CTC, Edison da Rosa.

O dono do Bar do Pida, empreendimento famoso na UFSC com mais de 40 anos de existência, é servidor técnico-administrativo da instituição desde 1974. Hoje, ele é oficialmente chefe da Seção de Apoio Administrativo da Coordenadoria de Educação à Distância, uma função gratificada. O servidor não só ajudou a organizar as candidaturas de todos os reitores vitoriosos desde 1980, como teve grande influência no Diretório Central dos Estudantes (DCE) e em centros acadêmicos da Universidade.

Administrando o bar e sediando festas universitárias, ele conheceu diversos estudantes e estabeleceu uma rede de contatos entre os centros de ensino. Pida oferecia apoio a quem disputava as organizações estudantis e também fazia favores aos acadêmicos. "O Pida mostrava caminhos fáceis para estudantes conseguirem recursos, como um ônibus da PRAE [Pró-Reitoria de Assuntos

Estudantis]. O aluno sentia como se devesse um favor a ele, mesmo exercendo seu direito", explica Alexandre Dias, formado em ciências contábeis e ex-membro do centro acadêmico do seu curso. Com isso, Pida ganhava apoio político, resultando em votos para o candidato que apoiaria para reitor, e poder de decisão no movimento estudantil.

Pida defende que sua intenção ao doar cerveja para festas e ajudar estudantes era manter uma relação próxima com os universitários, o que seria vantajoso para seu negócio. "Eu sempre fiz do meu bar uma relação boa com os estudantes", reconhece. Ele diz que as ações não eram voltadas para o período eleitoral, mas admite a própria influência. "Que culpa tenho, se tenho amigos? Se eu disser para um amigo votar em alguém, ele não vai recusar. Afinal, é meu amigo", resume.

Exemplo desse poder foi a campanha do Movimento UFSC Democrática (MUDE), que ganhou a eleição de 2006 para o DCE. Organizada inicialmente por alunos sem filiação partidária, a chapa teve participação da União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por imposição do servidor. Aos primeiros articuladores, ele disse que se a UJS não entrasse na chapa, não haveria candidatura. Para apoiá-lo, o funcionário tinha a amizade de um grupo de alunos que poderiam abandonar a nominata. Pida também decidiu que Alexandre Dias, um dos primeiros idealizadores da MUDE, não assumiria a vice-presidência do diretório, como era previsto no início da campanha. Dias foi avisado horas antes da posse. "Não achei que era o momento dele", justifica o funcionário.



Elpídio Correa está se aposentando, esta é sua última eleição



Bar ficou quatro anos sem renovar alvará de funcionamento, mas foi fechado só em julho

Comunidade quer reformar praça

Após quatro anos sem renovar seu alvará de funcionamento, o Bar do Pida foi fechado no dia 28 de julho pela Secretaria de Serviços Públicos (SESP) da Prefeitura de Florianópolis, atendendo a uma determinação do Ministério Público estadual. A decisão foi tomada por pressão da comunidade que vive ao redor da praça Santos Dumont. Desde 2003, dois abaixo-assinados pedindo a retirada do bar foram feitos por moradores, que reclamam da deterioração do espaço causada por festas universitárias. Atualmente, a Associação de Moradores do Bairro da Trindade, a ONG Floripamanhã e a Paróquia Santíssima Trindade planejam uma reforma completa da praça, com a remoção do quiosque.

A proposta foi encaminhada ao professor Ayrton Bueno, do departamento de Arquitetura da UFSC, que elaborou um pré-projeto para a praça. O trabalho ainda será avaliado por representantes das associações. Eles agora procuram por um empresário da cidade que providencie a manutenção constante do espaço, e não querem nenhum estabelecimento comercial instalado ali. "Faltou articulação política do Pida de vir até nós, que estávamos discutindo a reforma, e fazer uma proposta", justifica o frei Cácio Petekov, da Paróquia Santíssima Trindade.

Oficialmente, o Bar do Pida não pertence a Elpídio, mas à sua mãe Ivani Juraci Vieira Correa. O estabelecimento está registrado com este

nome desde 1º de abril de 1990, sendo que houve cadastros anteriores. O único registro comercial em seu nome, referente ao mesmo bar, foi cancelado em 2001 por não ter registrado nenhuma atividade na Junta Comercial do estado.

Pida não é o único que terá problemas com o comércio na praça. Outras duas lanchonetes foram interditadas no local. Todos os estabelecimentos em locais públicos da capital estão irregulares, de acordo com o Ministério Público, e devem passar por licitação para receber o direito de explorar o ponto. O servidor, que responderá na justiça pela ação do Ministério Público, ainda mantém a esperança. "O Pida deve voltar".

Propaganda eleitoral financiada

"Este homem é um corruptor de estudantes, ele forma bandidos", acusa o professor Waldir Rampinelli, do departamento de História da UFSC. Há sete anos, após a eleição de Lúcio Botelho, o docente organizou o livro *O preço do voto*, que reúne artigos sobre irregularidades nas eleições da UFSC. Na obra, Rampinelli afirma que a chapa Prata/Paraná, que tinha Pida como coordenador de seu comitê estudantil, doou R\$ 1 mil para o Linguição da Automação, festa tradicional promovida a cada semestre. O funcionário se vangloria até hoje de ter realizado as primeiras edições da festa.

O repasse do dinheiro é confirmado por ex-alunos. De acordo com Leonardo Ferronato, egresso da Automação, a exigência do comitê de campanha era que Prata pudesse comparecer ao evento e promover sua candidatura. "Como era o Pida quem tinha contato com os estudantes, ele com certeza teve participação", opina Vinícius Raghianti, formado em Engenharia Sanitária e Ambiental e ex-presidente do centro acadêmico do curso. "Os alunos, na sua ingenuidade, aceitavam o dinheiro porque precisavam para pagar suas formaturas. Não se sentiam comprados".

Servidor apoia a chapa de Paraná

Pré-candidato à reitoria nas eleições deste ano, José Carlos Justo da Silva, o Paraná, visitou no primeiro semestre deste ano a mesma república que recebeu Pida e Ariovaldo em 2008. A República TNT hospedou estudantes ativos nos centros acadêmicos do CTC no passado. Hoje, seis alunos moram na república, todos de cursos de engenharia, sendo que a casa já chegou a abrigar 12 pessoas. Questionado, o candidato Paraná não negou nem confirmou a visita. "Isso eu não posso dizer [se estive na república] pois, especificamente, não me lembro".

Pida declarou seu apoio à candidatura de Paraná, mas o vice-reitor disse que o servidor não presenciou nenhuma reunião. O comitê estudantil da chapa será coordenado pela professora Olga Oliveira, diretora do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), e Dalton Barreto, diretor do Departamento de Assuntos Estudantis na PRAE. O dono do bar, que se aposenta em outubro, promete que esta é a última campanha para reitor que participa.

Tulio Kruse
tulio.km@gmail.com

Divergências afetam movimento estudantil

Com presidente inexperiente e articulação frágil, UCE não consegue representar as entidades

Os quinze anos, Dhérique John se envolveu com grêmios estudantis e a luta pelos direitos dos estudantes. Desde então se interessou cada vez mais. Há apenas dois anos no ensino superior, o agora aluno da segunda fase de filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é presidente da União Catarinense dos Estudantes (UCE), entidade que tem como objetivo representar todo o movimento estudantil do estado. Ele ficou menos de um ano como membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unochapecó, onde estudou geografia em 2010. Na UFSC, participou apenas do Centro Acadêmico (CA) de seu curso. Filiado ao PCdoB e ao grupo jovem alinhado ao partido, a União Jovem Socialista (UJS), tornou-se em pouco tempo o maior representante da principal instituição estudantil independente do estado.

John defende a União Catarinense como "uma entidade que representa todos os estudantes. O cara que é de um partido, o cara que é independente, o que é da extrema direita e também quem é da extrema esquerda. O nosso objetivo é estar em todas as universidades ao mesmo tempo". A UCE é o braço da União Nacional dos Estudantes (UNE) no estado. A organização tem como prioridades a luta pelo repasse de 10% do PIB à educação, a criação de um fundo estadual para o lucro do pré-sal e a regulamentação das universidades comunitárias.

"As pautas da UNE estão muito atreladas aos interesses do governo. A política vem de cima para baixo. Não da base, dos estudantes", critica o membro do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (Caliss) e da Juventude Comunista Avançando (JCA) Davi Machado Perez. As frentes de luta da entidade diferem daquelas de grupos como o Coletivo 21 de Junho, formado por alunos descontentes com a atuação dos grupos de esquerda no movimento, o diretório acadêmico do Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed) e as gestões atuais dos DCEs da Unisul e da UFSC. A JCA, por exemplo, tem como bandeira principal a luta por um projeto de universidade popular, que ultrapasse questões pontuais como a expansão do Restaurante Universitário. "Nos últimos congressos da UNE, apresentamos nossa tese, mas não quisemos disputar na plenária final porque não concordamos com a disputa como está colocada", explica o membro do grupo Igor Dias.

O DCE da UFSC também participa dos encontros, mas não leva em conta as diretrizes da União para definir suas ações. O tesoureiro da gestão atual, Rafael Poddixi, considera a UNE afastada dos estudantes. "A UCE é autista, ignora os problemas do cotidiano estudantil e vai continuar assim até que o movimento se reestruture. Isso não é automático, nem vai levar pouco tempo". A articulação da oposição é insuficiente para mudar a forma como a política é feita nas entidades. Tomás Barcellos, membro do diretório, acredita que "a ausência de um movimento estudantil de fato faz com que as entidades fiquem desse jeito. O problema não é só a gestão da UJS".

Luisa Pinheiro

luisapsilveira@gmail.com

Thiago Moreno

thiagobmoreno@yahoo.com.br



Desocupados estão na sede do DCE há um mês em protesto contra a atuação do diretório durante a greve

Representantes da UNE em SC ignoram cotidiano acadêmico, critica DCE da UFSC

Grupos querem nova mobilização

A saída para a falta de articulação entre os grupos também não é consenso. A Juventude Comunista Avançando propõe a reestruturação do movimento estudantil com base no projeto de universidade popular, com uma visão mais global das instituições. Igor Dias, da JCA, argumenta que "a solução não é só mudar a direção das entidades, precisa haver uma reorganização do movimento como um todo em torno de um debate mais profundo".

O Coletivo 21 de Junho acredita na discussão de pautas próximas ao estudante para fortalecer a mobilização estudantil. "O movimento tem que ser reestruturado. Se é pra mobilizar o es-

tudante, tem que ser com pauta de sala de aula", defende Rafael Albuquerque Poddixi que, além de fazer parte do DCE, ajudou a fundar o coletivo.

Os Desocupados, que ocupam a sede do diretório da UFSC desde 29 de agosto, não acreditam em representação no movimento estudantil. A ideia de permanecer no local surgiu com a insatisfação na saída dos alunos que protestavam há dias no prédio da reitoria contra o corte de vagas no curso de Economia, pelo aumento do número de bolsas-permanência e pelo posicionamento do reitor em relação à greve dos servidores. Rodrigo Campos, da 3ª fase de Geografia e um dos desokupa-

dos, critica a atuação da gestão Rosa dos Ventos, alegando que as reivindicações eram restritas se comparadas com a de outras universidades que também se manifestaram durante a greve nacional. "Uma das únicas coisas que a gente concorda é a auto-representação. Não queremos ser representados por uma entidade burocrática que muitas vezes segue a linha da reitoria". Hoje o grupo trabalha para revitalizar o prédio e oferece atividades como oficinas e cineclubes. O espaço, cheio de barracas, virou moradia para seis dos integrantes que recebem visitas de simpatizantes. Cada um fala por si. Não há consenso de opiniões, nem ideias organizadas.

Falta de interesse impede unidade

A falta de mobilização dos alunos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) sobrecarrega os líderes estudantis. Apenas cinco dos 860 alunos da Faed participam ativamente do Diretório Acadêmico 8 de maio (Daom). Na última assembleia para eleger delegados do congresso da UNE, apareceram menos de 20 pessoas. Em 1996, o Daom deixou de existir por falta de interessados em participar e só voltou a funcionar em 2004. "Agora que o diretório está se reorganizando, estamos tentando nos aproximar da UNE e da UCE, mas está difícil. A união só aparece para conversarmos em épocas próximas à eleição", reclama o membro do Daom Matheus Weber.

O Diretório Acadêmico de Administração e Gerência (Daag) não tem problemas de participação. A diretoria é formada por 35 alunos e colaboradores, mas não está preocupada com as discussões do movimento estudantil. "Não participamos da UNE e da UCE porque temos outros objetivos. Queremos maximizar a experiência do aluno da Esag", explica o presidente do Daag Jorge Henrique da Silva.

Nas particulares, há uma relação mais estreita entre a união catarinense e os centros acadêmicos. O diretório central da Unisul dialoga com a UCE. "Discutimos com eles pautas que acreditamos verdadeiras, como a reestatização do sistema Acafe. Não acreditamos,

porém, que as entidades cumpram o seu papel. Não as rejeitamos, mas vemos que as instituições tornaram-se ministérios do governo, que apenas garantem os seus interesses", justifica o membro do diretório Carlos Pianta. Na faculdade Estácio de Sá, o líder estadual Dhérique John apoia a criação de um DCE até o começo de 2012, mas a oposição vê nessa prática uma estratégia eleitoral. É o que explica Tomás Barcellos, do DCE da UFSC: "Em Santa Catarina quem ganha na tiragem de delegados é a UJS porque existe um milhão de espaços com vácuos políticos e, nesses espaços, o grupo entra, faz uma assembleia e tira um delegado".



Grafitos exibem a luta política

Dependentes químicos têm apoio de grupos

Auto-conhecimento, disciplina e troca de informações são as principais formas de tratamento

12 passos

1 Admitir que somos impotentes perante o álcool; que perdemos o domínio sobre nossas vidas.

2 Acreditamos que um Poder Superior a nós mesmos pode trazer de volta a sanidade e a antiga vida.

3 Entregamos nossa vontade e nossa vida aos cuidados de um Poder Superior, independente do que ele signifique para cada um.

4 Analisamos de forma detalhada nossa vida, uma espécie de inventário moral e destemido de nós mesmos.

5 Admitimos perante o Poder Superior, perante nós mesmos e perante outro ser humano, a natureza exata de nossas falhas.

6 Permitimos que o Poder Superior remova todos os defeitos de caráter.

7 Pedimos humildemente que o Poder Superior nos livre de nossas imperfeições.

8 Listamos as pessoas que foram prejudicadas e tentamos reparar os possíveis danos causados a eles por nossos atos.

L, 25 anos, conheceu o Narcóticos Anônimos (NA) em 2004 quando ainda morava em São Paulo. Usuário de drogas, como crack, cocaína e álcool, decidiu participar de uma reunião. M, 66, entrou para o Alcoólicos Anônimos (AA) há 16 anos levada pela irmã. Muito debilitada, precisou que alguém a levasse às reuniões durante os seis primeiros meses de sua recuperação. Os Alcoólicos e Narcóticos Anônimos são irmandades auto-suficientes que pregam a abstinência e onde seus membros compartilham histórias de vida e experiências - ao mesmo tempo em que tentam se manter sóbrios e ajudar outros a se recuperar. O AA foi criado em 1935 em Ohio, Estados Unidos, por um corretor da bolsa de valores e um médico, ambos dependentes de álcool. Utilizando uma adaptação do programa dos 12 passos do AA, a primeira reunião do NA aconteceu 18 anos depois, em Los Angeles.

Instigado pela placa "Problemas com drogas?", muito utilizada pelo NA, L conheceu o programa. "O caminho da minha casa até a boca onde costumava comprar drogas passava pela igreja onde o grupo estava sediado", explica. A princípio, acreditava que apenas resolvendo seus problemas de autoestima conseguiria parar sozinho. Em 2005, L foi internado pela primeira vez em uma clínica de recuperação, mas sua segunda experiência, em 2009, foi a que mais eficiente. Durante o período de dois meses e meio ouviu muito sobre o NA e passou a frequentar assiduamente as reuniões quando teve alta. Hoje em Florianópolis, continua participando das reuniões e, após uma recaída em 2010, decidiu de uma vez por todas não se colocar mais em risco. "Não posso ir a um bar e beber uma cerveja com meus amigos. Depois vou querer beber mais e acabarei usando alguma droga", justifica.

Outra opção de tratamento para dependentes

químicos são os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Ligados às prefeituras, os centros fazem parte da política nacional de cuidado da saúde mental do usuário do sistema de saúde e recebem os casos mais graves identificados nos municípios. A coordenadora do CAPS da Ilha, Fernanda de Conto, explica que a equipe de Saúde da Família identifica o caso na comunidade, que é avaliado pelo psicólogo e pelo psiquiatra do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Alguns buscam a ajuda do centro de forma espontânea, e outros, por determinação da Justiça.

Na primeira etapa, que é o acolhimento, a equipe conhece o caso e decide pelo tipo de tratamento. O tratamento intensivo é destinado àqueles que ficam todos os dias durante várias horas no CAPS. No semi-intensivo, o paciente divide o seu tempo entre as atividades no centro e a família ou o trabalho. Já o não intensivo, a frequência é de uma a duas vezes por semana. Depois do acolhimento, é feito um histórico médico e outro de possíveis pendências judiciais. Em seguida são definidas as atividades com participação dos pacientes. Esse direcionamento é baseado nos gostos e interesses do próprio paciente. "Se a pessoa gosta de conversar, vai para um grupo terapêutico, se gosta de mexer com terra, frequenta o de jardinagem", explica Fernanda. Os pacientes que ficam no CAPS têm direito à alimentação e conseguem benefícios como vale transporte e medicação.

Ao contrário do AA e NA, a abstinência não é o principal foco desse programa. "A abstinência pode não ser o único caminho. É o fim de um processo. O

nosso enfoque é no sujeito e no que ele quer", analisa Fernanda. Como alguns pacientes insistem no uso, a equipe trabalha com uma política de redução de danos que não só faz a distribuição de materiais para evitar a proliferação de doenças como hepatite e HIV, mas também informa e traz pacientes para tratamento.

Também apostando na informação, os grupos de AA e NA distribuem livros e folhetos e possuem um serviço por telefone. C, coordenadora da 83ª reunião do ano do NA Pax, sediado na Trindade, explica que o membro não é obrigado a participar de todos os encontros e ainda existe a possibilidade de frequentar qualquer grupo do mundo. "Aqui em Florianópolis, o número de pessoas aumenta no verão por causa dos turistas", exemplifica.

Quando viaja, M, membro do AA Tranquilidade, não costuma procurar reuniões em outros grupos, mas ela acredita que não se deve passar muito tempo sem frequentar as reuniões devido à chance de

recaídas. "O alcoolismo é uma doença fácil de esquecer e não se pode voltar aos velhos hábitos", afirma. Ela acredita que o grupo foi fundamental para sua recuperação, pois aprendeu a conviver com a doença, entendeu a importância da troca de hábitos, de evitar pessoas, lugares e comportamentos. "Eu estava no fundo do poço. Não queria mais beber", admite. "Já estava com problemas em casa, com meu marido, filhos e netos", completa. M explica que hoje pode estar em uma festa onde outras pessoas estão bebendo, mas aconselha evitar esse tipo de situação no início do tratamento.

Para aqueles que continuam usando drogas, o CAPS trabalha com a redução de danos

Partilhar angústias ajuda na superação

Acontecimentos do dia, experiências, dúvidas e certezas são compartilhados entre os membros sem qualquer restrição. Um rapaz jovem explica sua angústia causada pela possibilidade de não conseguir ficar limpo por muitos anos. Diz que não quer chamar ninguém de mentiroso, mas não acredita que alguém - nem ele mesmo - consiga ficar 16 anos sem usar nenhuma droga.

Cerca de uma hora depois, um companheiro se apresenta e afirma estar limpo há 18 anos e de forma bem humorada conta suas experiências no

novo emprego. "Eu ainda não sei o que quero fazer, mas já descobri o que eu não quero", relata. Logo depois, diz que se considera um fracassado, mas mesmo assim provoca risadas em todos. A agonia do mais novo é visível e ele chora discretamente.

O bom humor é comum entre os membros de ambos os grupos. Um senhor de cabelos brancos arranca gargalhadas do grupo quando se apresenta em versos, rimando praça com cachaça. Outro participante conta a história do dia em que tentou alertar um amigo, pois desconfiava que ele te-

ria algum problema com álcool. "Expliquei para ele tudo de ruim que me aconteceu quando eu bebia, todos os problemas que tive", conta. "Enquanto eu falava, ele me olhava com uma cara assustada, relembando de todos os maus momentos que tem passado". Sóbrio há quatro meses, outro homem comenta como sua vida em família vem melhorando e brinca: "Engordei um pouquinho, mas está tudo bem".

As histórias se misturam, muitas têm pontos em comum. O filho inconformado se pergunta onde estava quando a mãe assinou um documento

em que ela renunciava a uma herança de família. Ele mesmo responde: "Estava arrepiando, drogado, trancado em casa, cabeludo e barbudo". Alguns momentos se repetem em todo encontro, como a apresentação dos membros, a doação voluntária de dinheiro e a apresentação de um novo membro. No final, todos fazem a oração da serenidade de mãos dadas e repetem a principal ideia do programa: abstinência só por hoje.

Thayza Melzer
melzer.th@gmail.com

8 Listamos as pessoas que foram prejudicadas e tentamos reparar os possíveis danos causados a eles por nossos atos.

9 Reparamos os danos causados a essas pessoas sempre que possível, exceto se for prejudicá-las.

10 Continuamos fazendo o inventário pessoal e quando estávamos errados, nós admitíamos as falhas prontas e rapidamente.

11 Através da prece e da meditação, melhoramos nosso contato consciente com o Poder Superior, pedindo-lhe força e conhecimento.

12 Com esse despertar espiritual, praticamos os princípios aprendidos e transmitimos a experiência a outras pessoas com problemas semelhantes.

Fonte: Alcoólicos Anônimos

Garis mostram cicatrizes causadas pelo lixo

De janeiro a agosto de 2011, trabalhadores da Capital sofreram 212 lesões durante a jornada

Todos os dias, antes de saírem para a coleta do lixo em Florianópolis, os garis da Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap) se reúnem em frente ao refeitório para fazer ginástica laboral. Os exercícios de alongamento e aquecimento preparam o corpo para a jornada de sete horas correndo atrás dos caminhões coletores. Enquanto se exercitam, conversam sobre os acidentes que já sofreram. João Carlos da Silva, gari há dez anos, exibe uma cicatriz na perna: "É um V, de vitória". Quase todos ali têm alguma marca para mostrar.

Nos últimos dez anos, o Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da Comcap registrou 2607 acidentes de trabalho. Em média, 21,7 casos por mês. Os esforços para tentar minimizar esse número partem de todos os envolvidos, como a empresa, o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasm) e até o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Uma ação civil pública proposta pelo MPT e julgada por Roberto Masami Nakajo, em maio deste ano, determinou a irregularidade do transporte na caçamba dos caminhões. Considerou-se que esse hábito oferece risco iminente aos trabalhadores. Eles só poderão viajar pendurados nos estribos, que são as plataformas de apoio na traseira dos veículos, durante o itinerário de coleta e não desde a saída da sede da Comcap, como costumava acontecer. Na prática, a situação não mudou muito para os recolhedores do lixo. Alguns trechos que fazem parte da coleta e, portanto, permitem que os garis viajem nas caçambas, incluem vias rápidas – como a SC-401 – onde o motorista tem que dirigir a um mínimo de 60km/h.

O juiz também recomendou outras medidas de segurança, como cancelas nos estribos, uso de cinto de segurança e caminhões com cabines duplas. As alternativas foram consideradas impraticáveis tanto pela empresa quanto pelos funcionários. Para os trabalhadores, o cinto oferece mais risco do que segurança, pois em casos de emergência não poderiam saltar do caminhão com facilidade. Já as cabines duplas agravariam um problema constante da coleta do lixo em Florianópolis: a manobra dos caminhões.

Em servidões e outras ruas estreitas da cidade é comum o veículo fazer a coleta em marcha ré, pela falta de espaço para fazer um retorno. Nesses casos, os garis não podem ficar nos estribos, por risco de acidente, como ocorreu com Adelor da Cunha, em 2005. Durante a coleta no bairro Tapera, Cunha estava pendurado na caçamba, com o corpo inclinado para fora. Em marcha ré, o motorista desviava de um poste muito próximo à rua, que ele não havia notado. Ele acabou sendo prensado e não sobreviveu.



O cotidiano exige preparo físico: os funcionários da Comcap participam de aulas diárias de ginástica

Equipamento precário, profissão insalubre

O equipamento de segurança dos garis da coleta de lixo comum da Comcap não os protege contra cortes. O uniforme é composto por uma bermuda, camiseta com sinalização noturna, boné, botas e luvas impermeáveis. A única roupa completamente fechada é a dos coletores de lixo hospitalar. Os trabalhadores ficam expostos a agentes biológicos, parasitas infecciosos vivos e suas toxinas existentes no lixo. Por isso, a insalubridade do serviço é considerada de grau máximo, e os trabalhadores têm direito a um adicional de 40% sobre o salário base - que tem como menor valor R\$ 1.081,53. Os motoristas também recebem

o adicional de insalubridade de grau médio, em decorrência da exposição a ruído, que corresponde a 20%.

Nos três turnos de trabalho, 202 homens são transportados em mais de 40 caminhões, que também devem estar adequados à segurança. O acordo coletivo para trabalho de 2010 a 2012, entre Comcap e Sintrasm, aponta que a empresa deve equipar todos os veículos com iluminação da concha, sinalização sonora de ré, alarme de emergência para comunicação dos coletores com o motorista e terceiro espelho retrovisor. Por enquanto, a maioria não tem esses itens.

Evitar cortes e desviar de buracos pede atenção e agilidade

Casos de lesão por descumprimento das recomendações de segurança são maioria entre os registrados este ano pela SESMT. Dos 212 acidentes contabilizados, 44 foram causados pela postura irregular dos coletores enquanto recolhiam o lixo. Quando são contratados, os funcionários passam pelo Treinamento Básico Admissional. Eles aprendem as ordens de serviço e técnicas sobre como recolher os sacos sem forçar a coluna, saltar do caminhão e se deslocar durante a coleta.

Jorge Luiz Sousa, técnico em segurança do trabalho da Comcap e responsável pela investigação dos acidentes, comenta que as técnicas ensinadas no treinamento são seguidas somente durante um tempo. Depois de adquirirem prática no serviço, os garis dão menos atenção

às regras. É comum, por exemplo, ver os trabalhadores alcançando os sacos de lixo da rua e jogando-os na caçamba sem descer do estribo.

Christian Amaral, há seis meses na função, enfatiza que o trabalho exige mais atenção do que agilidade. "Nossa rotina em si é arriscada, temos que ter o maior cuidado possível", completa. Mas nem por isso deixam de ser rápidos durante o serviço. Como trabalham por cumprimento de tarefa, e não por expediente, tentam terminar a coleta o quanto antes. Para eles, gari bom é aquele que recolhe bastante lixo, e rápido. João Carlos Silva, dono do "V de vitória", comenta que não gosta dos motoristas muito lentos, pois eles estendem o trabalho.

As equipes de coleta têm um motorista e, pelo menos, três coletores. Amaral deixa claro

que tem que haver sintonia entre os que dirigem e os que recolhem o lixo. "O motorista é nosso pai nessa hora", explica. Além de ser a pessoa que observa tudo o que acontece ao redor dos garis, é de sua responsabilidade preencher uma ficha quando ocorre algum acidente. O registro com data, hora, local, testemunhas e motivo é necessário para que o documento de Comunicação Interna de Acidente de Trabalho (CIAT) seja feito pela chefia. Com a CIAT e um atestado, os funcionários podem entrar com a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), que garante a responsabilidade da empresa na investigação do acidente e nos cuidados com o empregado.

Enquanto espera um dos onze caminhões que fazem a coleta nos morros da cidade du-

rante a tarde, Rafael Artur, gari há oito meses, comenta que "o maior problema enfrentado pela gente é a má pavimentação das ruas". Calçadas desniveladas, lajotas fora do lugar e outras irregularidades no piso foram causa de 35 ocorrências neste ano. Em seguida, estão os objetos perfurocortantes, como cacos de vidro e latas de alumínio, que causaram mais 32 acidentes. Os cortes e lesões desse tipo poderiam ser evitados caso houvesse a separação do lixo reciclável ou o armazenamento correto desses objetos.

Marília Labes
mariliagold@gmail.com
Milena Lumini
mi.lumini@gmail.com

Circuito une pessoas para financiar cultura

Fora do Eixo tem 81 coletivos que promoveram no ano passado mais de cinco mil espetáculos

A ausência de uma cena cultural mais movimentada em Cuiabá foi o que motivou um grupo de jovens a trabalharem para mudar a situação. Autointitulados Coletivo Cubo Mágico e liderados por Pablo Capilé, alugaram uma casa na capital matogrossense e começaram a produzir shows, festivais e discos de artistas independentes. O projeto, que era limitado à cidade, expandiu suas fronteiras por meio da parceria com grupos de Uberlândia, Rio Branco e Londrina. Em 2006, seis anos após sua criação, os coletivos fundaram o Circuito Fora do Eixo — uma tentativa de fazer a música que fica restrita entre Rio de Janeiro e São Paulo circular pelo país.

Com uma rede de 81 coletivos (quatro deles na Argentina, Bolívia e Uruguai), o Fora do Eixo promoveu, apenas em 2010, mais de cinco mil apresentações. “A ideia inicial era trabalhar com música. Com o tempo percebeu-se que a cultura é um meio para um fim político, que era preciso pensar as políticas relacionadas à isso. Foi assim que surgiu o Partido da Cultura, que transcendeu o coletivo e hoje é independente”,

explica Júlia Albertoni, integrante do Cardume, sede ligada ao Fora do Eixo em Florianópolis.

Para o guitarrista da banda Do Amor, Gustavo Benção, que participou do último show produzido pelo coletivo local, a relação com os músicos é saudável, apesar de os grupos ligados ao Fora do Eixo muitas vezes pagarem menos do que os produtores tradicionais. “É um ‘toma lá, dá cá’. A grande vantagem de trabalhar com eles é que a gente abre frente em uma nova cidade. Entendemos a dinâmica e começamos a nos envolver com o Fora do Eixo por causa disso. Já tocamos no nordeste, centro-oeste, interior de São Paulo”, explica e acrescenta: “as produtoras maiores que não estão ligadas nesses movimentos certamente já ficaram pra trás. O coletivo representa, sim, um perigo para as empresas porque democratiza a música com as ferramentas do capitalismo”. Já Lucas Santtana, que cantou no mesmo evento, diz que é muito cedo para classificar o Fora do Eixo como uma ameaça: “ainda não é algo grande, tem que se firmar com o tempo, não há como saber se vai competir com as produtoras. O músico vai aonde tiver mais dinheiro. Eu tenho filhos e eu vivo de música”.

“As produtoras que não estão ligadas a esses movimentos ficaram pra trás”, diz o baterista Gustavo Benção



Show do rapper Criolo encerra a noite de sábado de UFSCTOCK e reúne cinco mil pessoas

Prática ganha seguidores no Brasil

Unir pessoas com um mesmo interesse para apoiar um projeto não é uma ideia recente — em 1875 a população francesa já tinha arrecadado a quantia suficiente para esculpir a Estátua da Liberdade, presente de Napoleão III aos Estados Unidos — mas só agora, graças às redes sociais, esta prática voltou a se popularizar e ganhou nome: *crowdsourcing* (do inglês, *crowd* = multidão; *sourcing* = terceirização).

O autor do blog “Crowd o quê?”, Rafael Zatti, define a prática como “um modelo de produção que utiliza a inteligência e os conhecimentos coletivos e voluntários espalhados pela internet para resolver problemas, criar conteúdo ou desenvolver novas tecnologias”.

Zatti é também o criador da plataforma ideias.me, um meio através do qual administra ações de inovação aberta — um conceito específico dentro do *crowdsourcing*. O funcionamento é simples: uma grande empresa que precise resolver um problema ou começar um projeto pede, por meio do site, que usuários enviem soluções. As melhores soluções enviadas (de acordo com a empresa) são premiadas com uma quantia em dinheiro.

Ao contrário dos cuiabanos que estavam fora do eixo, seis amigos cariocas tinham fácil acesso à cultura musical brasileira e sentiam falta de bandas estrangeiras que não vinham

ao Brasil por não serem tão populares no país. Através de pesquisas eles descobriram que o Rio de Janeiro teria, sim, público suficiente para trazer alguns artistas e criaram um projeto pioneiro no mundo.

O grupo Queremos funciona da seguinte maneira: o preço total para trazer o show é calculado e dividido em uma pequena quantidade (geralmente de 100 a 200) de ingressos-reembolsáveis. Quando essas entradas se esgotam, a apresentação é confirmada e é iniciada a venda de outros ingressos: os não-reembolsáveis. É a venda desses novos ingressos que vai fazer com que aqueles 100 ou 200 iniciais recebam seu dinheiro de volta e possam ir ao show gratuitamente.

Um exemplo bem-sucedido de evento produzido pelo Queremos foi a parceria com o cantor estadunidense Mayer Hawthorne, que se apresentou na capital carioca em janeiro desse ano. O grupo precisava levantar R\$ 32 mil e, para isso, dividiu o valor em 160 ingressos-reembolsáveis de R\$ 200. O show foi garantido e os ingressos-não-reembolsáveis, vendidos a R\$ 55, possibilitaram o reembolso integral daqueles 160. “Queremos é um sistema brilhante, totalmente revolucionário. Eu posso definitivamente ver outros países adotando a ideia. Todos ganham! Poder às pessoas!”, atesta Hawthorne.

Nesse caso, assim como aconteceu no *crowdsourcing*, um grande núme-

ro de pessoas se juntaram para apoiar uma ideia. No entanto, como houve arrecadação de fundos, o nome da prática muda para *crowdfunding*. A plataforma Catarse (catarse.me) é hoje a maior do país em financiamentos coletivos. Qualquer tipo de projeto pode aparecer no site: desde espetáculos teatrais até linha de moda sustentável. “A intenção é fazer do Catarse uma vitrine de projetos interessantíssimos, por isso não aceitamos qualquer um. Nos preocupamos com qualidade e inovação”, explica o criador do portal, Diego Reeberg.

Thiago Maia, empregado de uma empresa de design, resolveu usar o Catarse para financiar um suporte para laptop 100% nacional e de baixo impacto ambiental. “Assim como todos os outros inscritos, também tivemos que dividir o valor que precisávamos em pequenas quantias que estabeleciam certos direitos aos compradores”.

Ele criou seis categorias de apoio; desde contribuir com R\$ 10 e ter o nome no site da empresa e impresso na embalagem do produto até pagar R\$ 390 e ganhar um kit com seis suportes e um vídeo de agradecimento. “No fim, precisávamos de R\$ 19.800 e conseguimos R\$ 23.102”, comemora Maia.

Coletivo independente

O festival, que se autointitula o maior da música independente de Santa Catarina, também é fruto de organização coletiva e voluntária. Universitários do DCE e membros do Cardume - a sede florianopolitana do Fora do Eixo - são os responsáveis pela terceira edição do UFSCTOCK. Música, teatro, artes e projetos audiovisuais dividiram o espaço da UFSC e UDESC entre os dias 26 de setembro e 2 de outubro sob o slogan “Muita mistura”. Foi em 2009, ano em que o Woodstock comemorava quatro décadas, que o DCE

decidiu dar uma cara nova para um festival que não acontecia na UFSC há oito anos. O embrião do UFSCTOCK, de 2001, trouxe 24 horas de música ininterruptas à universidade. O evento continua com o objetivo de consolidar um cenário artístico e cultural alternativo, dando chance a bandas e projetos independentes. “A visão em relação ao festival mudou. Antes não se tinha nada, agora rola apoio, tanto que o UFSCTOCK aconteceu numa época em que as festas foram proibidas pela universidade”, lembra Gabriel Portela, um dos organizadores.

Marília Labes
mariliagold@gmail.com
Murilo Bomfim
muriolibraga@gmail.com

Cultura *skinhead* supera brigas e anti-semitismo

Nem sempre radicais, os integrantes contam como descobriram a tribo e explicam as ideologias das vertentes

Em uma noite de terça-feira, dia 4 de setembro, a banda inglesa de punk *Cock Sparrer* iria se apresentar na casa noturna Carioca Club, em Pinheiros, zona oeste de São Paulo. Antes do início do show, o *skinhead* Guilherme Losano Oliveira e o *punk* Johni Raoni Falcão Galanciak se envolveram em uma briga de gangues. No conflito, Galanciak morreu.

As notícias que relatam os confrontos entre os *skinheads* e outras tribos não costumam dar explicações extensas sobre suas diferenças. A cultura *skin* não é uniforme e possui vertentes que vão da extrema-direita à extrema-esquerda, passando pelos apolíticos, como o estudante de ciências sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Thiago Machado, 21. O universitário se considera *skinhead*

tradicional. Quando foi conversar com o *Zero*, usava coturno, suspensório, camisa xadrez por dentro da calça e uma boina, elementos característicos do estilo. Machado teve o primeiro contato com a cultura em 2010, quando passou três meses em Londres.

Ele trabalhava em um restaurante português em Stratford, periferia da cidade. Depois do seu segundo dia de trabalho, quando voltava para casa às duas da manhã, foi abordado por assaltantes. No bolso, estavam as cinquenta libras que acabara de receber. Os ladrões perceberam que um grupo de carecas se aproximava. "Os caras começaram a gritar '*skinhead*, *skinhead*' e saíram correndo. Pensei: vou deixar de ser assaltado para ser espancado por neonazistas". Os cinco homens foram até ele, perguntaram se estava tudo bem e o convidaram para



Coturnos, camisas e suspensórios caracterizam o estilo inspirado nas roupas dos operários

ir ao bar na esquina, onde se reuniam. "Estava tão assustado que recusei o convite."

Dias depois, foi ao local. Lá encontrou um ambiente onde diferentes etnias dividiam o mesmo espaço e escutavam blues e ska (música jamaicana) - gêneros musicais presentes na origem da cultura *skinhead*. "Voltei ao local umas seis vezes e em nenhuma delas vi brigas", lembra. Quando retornou ao Brasil, Machado começou a pesquisar mais informações na internet sobre a tribo. Hoje, o universitário se atém apenas ao aspecto visual e à música do movimento, características que definem o grupo tradicional.

Movimento tem 50 anos

Tem origem nos anos 1960, na Inglaterra. É produto da fusão do ritmo ska, dos imigrantes jamaicanos, com o soul e o blues, apreciados pelos jovens operários. No final daquela década, as manifestações foram diminuindo e só ressurgiram em meados dos anos 1970, em reação à comercialização do punk. O país tinha altos índices de desemprego e milhares de imigrantes iam trabalhar na indústria. É nesse período que se desenvolve o White Power, vertente impregnada por conceitos nazistas, xenófobos e nacionalistas. Como reação violenta surgem os grupos antifascistas Sharp (anos 1980) e Rash (anos 1990), de extrema-esquerda.

Fenômeno jovem é deixado de lado na vida adulta

A cultura *skin* chegou ao Brasil na década de 1980, quando surgiu, na Zona Leste paulista, o grupo Carecas do Subúrbio. Desse movimento se originou o Carecas do Brasil, organização que reúne manifestações nacionalistas em todo o país.

Os participantes são guiados pela tríade Deus, Pátria e Família, na qual C. acredita. Integrante do Carecas do Rio de Janeiro há seis anos, ele diz adorar ser nacionalista. "Quero lutar por um Brasil melhor". Sobre a violência contra homossexuais e *punks*, o carioca explica: "É perda de tempo bater em viado ou sapatão. A gente só bate se nos sentimos ameaçados por eles. Não gostamos de *punks*, anarquistas e comunistas".

A organização Poder Branco Paulista também se desenvolveu a partir dos *skinheads* da zona leste. Apesar de extinto na década de 1990, as ideias do Poder colaboraram para a associação feita frequentemente entre o neonazismo e os *skinheads*. No entanto, os *skins* e os adeptos da supremacia branca não estão necessariamente ligados.

O fórum online Stormfront é um

exemplo. A maioria de seus membros prega a valorização do branco, sem relacioná-la com o grupo *skinhead*. "Não, nós não temos o mesmo comportamento que eles", afirma um dos membros do fórum, Kleim. Um dos mediadores do site, M., mostra o tipo de discurso proferido pelos participantes: "[Antes de entrar no Fórum] eu já achava a raça branca mais bela e desenvolvida do que as outras e que a mestiçagem poderia jogar no lixo toda a beleza dos brancos".

Para combater as manifestações fascistas, surge em 1980, o Skinheads Against Racial Prejudice (Sharp). Com uma reação denominada anti-fascista, eles declararam-se contra qualquer tipo de preconceito racial e sexual. Os Sharps têm uma orientação de esquerda e se envolvem em brigas com grupos rivais. Outro grupo que também prega o combate ao fascismo são os Red and Anarchist Skinheads (Rash), que surgiram nos anos 90, como uma versão mais radical do Sharp. É um grupo de extrema-esquerda, anarquista e comunista. Junto com os *punks*, esses dois grupos formam a Antifa, expres-



Machado é *skin* tradicional

são que tem origem na palavra antifascismo. Muitos dos conflitos entre Antifa e *skinheads* carecas podem ser confundidos com conflitos entre *punks* e *skinheads*.

Para Alessandro Bracht, mestre em história pela UFRGS, e autor do artigo *Nacionalismo dos skinheads brasileiros*, os participantes conhecem pouco sobre os preceitos que

seguem. "Conversei com alguns Carecas e eles não sabiam me responder o que era nacionalismo. A transmissão dos ideais é feita oralmente." O mestre em história pela PUC-SP Alexandre Almeida concorda com a falta de conhecimento sobre a ideologia e atribui isso ao fato desse ser um fenômeno juvenil. "Os conhecimentos são superficiais porque respondem a necessidades pontuais dos jovens."

O ex-*skinhead* F., de Santa Catarina, não se considera racista, mas diz ter preconceito contra "negragem: pagodeiro, malaco". Na época de atuação, a sua turma também não tolerava homossexuais. "A gente detestava. Quando a gente saía de show e via um na rua, corria para assustar. Era mais deboche", descreve. O bancário e seus companheiros não faziam parte de nenhuma corrente específica.

Como descrito acima, a cultura *skinhead* é um fenômeno jovem que, muitas vezes, é deixado de lado na entrada da vida adulta. Esse é o plano de Thiago Machado. Com 21 anos, o estudante não se vê no futuro como um membro ativo. "Não sei se vou conseguir aguentar mais 30 anos

bebendo. É uma coisa mais de gente nova".

O aluno de ciências sociais da UFSC e ex-*skinhead* Fernando Vargas, 23, se afastou do estilo há um ano. Durante cinco anos envolveu-se com os *skins* tradicionais. "No começo para mim foi apaixonante. Mas depois de um tempo você se sente sozinho. As pessoas esqueceram da tradição", lamenta. Ele argumenta que deixar de se vestir como *skinhead* é um processo comum para vários integrantes. "Muita gente abre mão do visual porque está cansada de se justificar, de dizer que não é neonazista". Vargas não usa mais coturnos e suas calças, sem as barras dobradas, caem sobre os tênis All-Star. Os cabelos estão compridos o suficiente para encobrir a cruz de menos de um centímetro tatuada na testa. Na mão direita, quatro letras inscritas na parte de cima dos dedos. Mesmo apagadas ainda é possível ler a palavra S-K-I-N.

Ingrid Fagundez
ingrid.fagundez@gmail.com
Mariana Della Justina
marianadellajustina@gmail.com

Cidade da Esperança mistura medicina e fé

Irmão Luciano coordena instituto em Rancho Queimado e atende milhares de pessoas por ano

Há seis anos, os médicos do Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon) de Florianópolis comunicaram ao agricultor Eduardo Godin de Souza, 24, que ele tinha apenas dois meses de vida. Uma amiga de sua tia o aconselhou a ir à Cidade da Esperança. Desenganado pelos médicos, o agricultor seguiu o conselho.

A Cidade da Esperança é uma chácara em Rancho Queimado, a 75 km de Florianópolis. Foi criada e é coordenada por Luciano Pereira Paiva, 46, conhecido como Irmão Luciano. Natural de Florianópolis, trabalhava vendendo pneus até 1995, quando, jogando futebol, levou uma "chuteirada" na cabeça, perdeu a visão do olho direito e passou a enxergar 25% com o olho esquerdo. Desde criança, ele diz ver vultos e anjos. Em 1999, em Garopaba, jura ter visto um anjo que lhe indicou com quem falar para comprar o terreno onde hoje fica a Cidade da Esperança.

Visitamos o centro de tratamento alternativo em um sábado, quando o primeiro ônibus chegou às 4h, vindo de Barão do Cotegipe, no noroeste do RS, foram sete horas de viagem. No estacionamento, havia outros ônibus e cerca de 100 carros vindos de cidades como Joinville, Curitiba, Porto Alegre, Lages. Eram aproximadamente 500 visitantes.

O ambiente é um misto de igreja e clínica de saúde. Quem chega pela primeira vez preenche um cadastro, que funciona como prontuário. "O documento serve para seguirmos as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)", explica o geógrafo por formação e voluntário da instituição Vanderlei Nunes, 51. Todo o processo é acompanhado por voluntários, vestidos de branco e que recebem os pacientes com um abraço.

Depois de apresentar uma palestra pela manhã, Luciano se recolhe para o atendimento individual, concedido geralmente aos doentes em casos mais graves. A sala é pequena, com paredes verdes, luzes de várias cores. Decorada com imagens de santos, todas doadas pelos visitantes. Ali, Luciano faz diagnósticos e prescreve medicamentos fitoterápicos.

Irmão Luciano, porém, é enfático ao dizer que não se deve abandonar o tratamento médico convencional. "Trabalhamos em conjunto com a medicina. Muitos médicos indicam a Cidade da Esperança para os pacientes". Porém, muitos procuram o lugar por não encontrarem solução na medicina tradicional. É o caso de Renato Brunch, 49, de Balneário Camboriú. Ele sofre de hepatite B, e desde que começou a ir à Cidade da Esperança, há um ano, conta que se sente muito melhor.

Na sala de atendimento coletivo, Luciano faz previsões: as bolsas de valores mundiais quebrarão até maio de 2012; Santa Catarina vai passar por três meses de seca a partir de novembro; a cotação do milho vai subir. Ele explica que enxerga as pessoas através de chacras, que representam pontos de contato do físico com o espiritual. O líder pergunta para alguns visitantes sobre saúde, trabalho e família e dá conselhos. "Cuidado com quem você está pensando em se tornar sócia", recomenda a uma mulher curiosa sobre seus planos. "Então, você está grávida", anuncia para outra, que tenta engravidar há algum tempo e reclama de dor nos seios.



Mescla de igreja e clínica de saúde, local é mantido com doações de alimentos, dinheiro e materiais de construção

Fitoterapia e dieta são parte do tratamento

Mesmo os que não são atendidos diretamente por Irmão Luciano recebem os fitoterápicos. Ele se considera autodidata e se autointitula como uma das maiores autoridades mundiais em fitoterapia. Diz ter ministrado palestras em universidades da Europa, como a de Hockenheim na Alemanha, país que há mais de 30 anos começou o processo de padronização desses medicamentos. Segundo o naturólogo Daniel de Oliveira Rodrigues, da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), há riscos em se prescrever fitoterápicos sem conhecimento científico. "Muitos confundem o nome popular de uma planta com seu nome botânico. O uso deve ser consciente, seguro e profissional", alerta. Mas Rodrigues não descarta o método de Luciano: "Ele trabalha com o lado sutil e emocional das pessoas, e nós trabalhamos com o aspecto científico, com as queixas físicas", analisa.

Para o método de Luciano, é fundamental a reeducação alimentar. "Não faço milagre, não curo o câncer. Eu mato ele de fome". A dieta rígida serve para impedir a ingestão de alimentos que potencializam o funcionamento do órgão doente. "Estava quase curado, mas durante um Natal não segui a dieta e meu corpo voltou a inchar", diz Eduardo Godin Souza. Mesmo com quimioterapia, o câncer no fígado estava em um estágio avançado. Com 18 anos, recebeu a notícia que lhe restavam dois meses de vida. Após seguir a dieta específica e receber os remédios doados por Irmão Luciano, os sintomas começaram a desaparecer. Os médicos não souberam explicar, mas o câncer havia



Paiva garante que leu 55 mil livros

sumido. Seis anos depois, ele estava novamente em Rancho Queimado, pegando os remédios e dando esta entrevista. Para Frei Luiz Antonio Frigo, da Paróquia Trindade, em Florianópolis, a explicação pode estar relacionada à fé e à religião. "Não se trata de milagre. É a energia da convergência entre as partes física e espiritual que traz saúde", opina.

Luciano Pereira Paiva torce pelo Avaí, mas não é fanático. "Tenho grande respeito e amigos e genros que são Figueirense". Fez curso técnico em Nutrição e Dietética no Colégio Aní-

bal Nunes Pires e diz ter cursado algumas fases de Filosofia na UFSC, embora seu nome não conste nos registros do Departamento de Administração Escolar. Afirmar ter uma biblioteca de leitura superior a 55 mil obras. Caso tenha começado a ler com seis anos de idade, Luciano teria lido pouco mais de três livros e meio por dia. Também diz ter lido 1.287 vezes a Bíblia Sagrada. Quanto ao alcorão, Luciano afirma que em nenhum momento Maomé incentiva o terrorismo.

Irmão Luciano garante que as doações são apenas de materiais de construção, alimentos e para ajuda no pagamento das contas. "Ajudei algumas vezes com alimentos. Nem todo o dinheiro do mundo pagaria o que o Irmão Luciano fez por mim, mas nunca doei dinheiro a ele", diz Souza. Durante as chuvas do último mês, a Cidade da Esperança arrecadou 1500 cestas básicas, encaminhadas aos necessitados na região de Rio do Sul. Isso não quer dizer, porém, que local não receba dinheiro do poder público. Repasses da Secretaria de Estado da Fazenda em 2005 e 2009 somam R\$ 82 mil, a maioria destinada à construção da instituição. Luciano, porém, destaca que no princípio a entidade foi bancada pela venda de seus bens pessoais. Ele ainda pretende construir um asilo para 100 idosos no local e um orfanato onde hoje é sua casa.

Daniela Nakamura
nakamuradani@gmail.com
Gian Kojikovski
gian.kojikovski@gmail.com